

Olimpíada DE LÍNGUA PORTUGUESA

Escrevendo o Futuro

Artigo de Opinião

Iniciativa



Ministério
da Educação



Coordenação
Técnica



Parceria





Resultado da parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e a Fundação Itaú Social (FIS), sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro* foi fundamentada na metodologia, nas estratégias de atuação e na experiência das três edições do Programa Escrevendo o Futuro.

Com objetivo de colaborar para a melhoria do ensino da leitura e da escrita, o Programa Escrevendo o Futuro desenvolveu, de 2002 a 2007, ações de formação continuada para professores de quartas e quintas séries da rede pública, a fim de orientar a produção de textos dos alunos.

Em 2008, em sua primeira edição, a Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro* amplia a atuação do Programa Escrevendo o Futuro, passando a trabalhar também com professores e alunos das sétimas e oitavas séries do Ensino Fundamental (ou séries equivalentes do ciclo de nove anos) e com os segundos e terceiros anos do Ensino Médio.

A Olimpíada acredita ser possível fazer da escrita na escola algo forte e interessante, algo tão intenso que possibilite que alunos e professores pensem mundos transformados pela força da palavra escrita. A Olimpíada busca resgatar o prazer do texto com sentido, com alma e emoção.

Valorizando a interação das crianças e jovens com a realidade em que vivem, a Olimpíada adota o tema “O lugar onde vivo”. Assim, para escrever os textos, o aluno resgata histórias, estreita vínculos com a comunidade e aprofunda o conhecimento sobre o seu lugar. E isso contribui para o desenvolvimento de sua cidadania.

A Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro* vai além de um concurso: oferece propostas de formação dos educadores, seja nas orientações pedagógicas dos materiais oferecidos, seja na participação em encontros para reflexão sobre as práticas educativas, com objetivo de aprimorar o processo de escrita dos alunos. Desse modo, pretende contribuir para uma prática pedagógica de melhor qualidade.

Artigo de Opinião

Caminhos da escrita

O caminho da Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, do início até este final carregado de emoções, foi construído por alunos e professores.

O caminho se abriu quando as palavras foram sendo escritas por alunos que se tornaram especialistas em assuntos complexos, causadores de polêmicas. Muita emoção nesse caminho de sentir indignação, tomar posição e usar a razão para expressá-la em palavras exatas.

Novas emoções foram sendo sentidas aos passos das palavras: escolhidas na escola; destacadas na cidade; vitoriosas no Estado; refinadas na região; vencedoras em Brasília. E as palavras, como passos que pisam formando larga estrada, foram escrevendo o futuro pelas mãos daqueles que aceitaram o desafio de produzir artigos de opinião escritos como se os autores não fossem alunos, mas jornalistas experientes, especialistas em assuntos importantes e controversos.

Parabéns a todos que chegaram até aqui. E que os caminhos da escrita continuem sendo abertos por vocês.

Índice

| | | | |
|----|---|----|--|
| 9 | Xingu, Morada dos Deuses | 58 | Progredir ou preservar: uma questão de opinião |
| 10 | Transposição: razão ou emoção? | 59 | Roraima, um Estado dividido |
| 12 | A Rainha da Borborema receberá o Velho Chico | 60 | Cristino Castro, Capital Nacional da Água |
| 14 | Maracanaú em busca dos velhos ares | 62 | Sustento de alguns, ruína de outros |
| 16 | Barragem abre caminhos | 64 | Rodoviária, eis a questão |
| 18 | Guaratinga, a "caixa-d'água" baiana | 66 | Rio Guaribas, desviá-lo da cidade de Picos ou escavá-lo? |
| 20 | Primeira parada gay em Lago Verde | 68 | Cavaleiros da cana <i>versus</i> mecanização |
| 22 | Vans: uma solução problemática | 70 | O preço |
| 23 | Aparecida: a capital (do comércio) da fé | 72 | Praça de trabalhadores |
| 24 | Ameaça ao meio ambiente | 74 | Proibir uso do capacete: sim ou não? |
| 26 | Futuro promissor: sonho de um povo ou descaso político? | 76 | Borba: urbanização ou preservação? |
| 28 | Progresso ameaça meio ambiente | | |
| 30 | Em defesa da vida | | |
| 32 | Na contramão | | |
| 34 | Santo Antônio: herói ou vilão? | | |
| 36 | Destruição do patrimônio público em benefício do particular? | | |
| 38 | A ZPE é a solução para Cáceres? | | |
| 39 | Carne põe vidas em risco | | |
| 40 | Necessidade ou problema? | | |
| 41 | Campos Altos: uma cidade para todos? | | |
| 42 | O direito à terra é de todos nós | | |
| 44 | Representantes de Deus ou do povo? | | |
| 46 | A Lagoa de Sombrio pede socorro | | |
| 48 | Represamento do Rio Caldas: solução para uns, problemas para outros | | |
| 50 | Polêmica nos trilhos de Cataguases | | |
| 52 | BR-364: desenvolvimento ou preservação? | | |
| 54 | A bela rima da poesia mostra o sofrimento no coração ecológico | | |
| 56 | As faces da lei de preservação do patrimônio histórico | | |

Xingu, Morada dos Deuses

Aluno: Rafael Burin Lowenstein

Moro em Altamira, uma cidade situada no oeste do Pará, e todos os dias, ao acordar, tenho o imenso privilégio de contemplar a beleza do exuberante rio Xingu. Porém, sofro ao saber que meus dias podem estar contados, porque são muitas as ameaças que cercam a população, causadas por lixos e esgotos. E uma maior ainda: o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, que visa a construção de seis barragens na bacia do rio Xingu.

Para alguns essa obra tem como objetivo o progresso do Estado e do Brasil, pois afirmam que trará a energia de qualidade ao povo brasileiro e gerará milhares de empregos.

No entanto, sabemos que não é bem assim. A construção desse complexo hidrelétrico poderá trazer muitos malefícios para os povos que aqui habitam e vivem.

Por saber disso, as associações de indígenas, ribeirinhos, sindicatos, igrejas e outros que formam a sociedade organizada não estão calados e vêm lutando contra esse problema há muitos anos, desde 1989, porque sabem que essa hidrelétrica irá gerar energia para Altamira e municípios vizinhos e não ajudará no desenvolvimento da região amazônica.

Desabrigará comunidades ribeirinhas, povos indígenas e destruirá ainda a fauna e a flora dessa região, causando assim a migração do campo para a cidade – uma superpopulação.

Isso poderá trazer uma onda de crimes jamais vista. A prostituição infantil aumentará, devido à falta de escolas e de oportunidades de trabalho ocasionadas pela migração de muitas pessoas em busca de emprego.

Segundo as estatísticas de uma pesquisa, no Brasil existem cerca de 2.000 barragens, mas apenas 200 estão em funcionamento. Será mesmo necessária a construção de Belo Monte, visto que funcionará apenas durante seis meses por ano? Será preciso destruir tanto para se produzir tão pouco e beneficiar uma minoria?

Que a barragem trará benefícios, alguns acreditam que sim. Mas, do meu ponto de vista, seus prejuízos ao povo e ao rio serão irreparáveis.

Por isso não nos deixemos levar por propostas enganosas que tentam ludibriar nosso povo tão querido e acabar com o nosso Xingu, a Morada dos Deuses.

Professora: Vanja de Fátima Sousa Escola: E. E. M. Polivalente de Altamira Cidade: Altamira – PA

Transposição: razão ou emoção?

Aluno: José Ellys Evangelista Silva de Andrade

Estamos vivendo um processo de crescimento satisfatório para a economia regional e nacional. Um desses processos envolve a única fonte de vida de milhões de nordestinos, especialmente os petrolinenses: o rio São Francisco. Uma beleza indecifrável pelos poetas e cantores que idolatram a perfeição, a cultura e a saga dessa maravilha natural manifestada nos cordéis e nas obras musicais.

Transposição, uma palavra, motivo de muitos calafrios entre a população ribeirinha, que ecoa de forma diferente no ouvido daqueles que anseiam por uma nova expectativa de vida. Para alguns o fim; já para outros, a salvação. E é essa duplicidade de significados que confunde a cabeça de uma parcela da sociedade brasileira, que se divide entre discordar e concordar com essa obra.

A realidade é a seguinte: a transposição é necessária, porém inadequada devido à falta de cuidados dos próprios ribeirinhos; talvez se o rio não se encontrasse tão degradado, esse problema já estaria resolvido sem revoltas, greves de fome e falta de consciência por ambas as partes, tanto dos contra quanto dos favoráveis a essa obra polêmica que enfoca uma disputa entre a razão – defendida pelas famílias que buscam melhorias ao adquirir água potável – e a emoção de quem busca a proteção contra qualquer tipo de obra que não seja de revitalização.

Meses atrás foi possível acompanhar pela imprensa a luta do bispo Dom Luís Cappio, que enfrentou dias de greve de fome, recebendo o apoio dos esquerdistas contrários à obra. Estes consideraram a greve como um grande ato heróico; para outros foi um tremendo exagero inútil, pois governo nenhum desconsideraria um investimento milionário por apenas um indivíduo revoltado que resolveu agir.

Pode até ser estranho, querido leitor, mas eu, como um cidadão ribeirinho, sou a favor dessa obra. Defendo o lado da razão, isso porque já vi de perto o quanto é penosa a vida de quem anda quilômetros para ter em casa a água para fazer o café da família. Viajo pelo interior do meu município e tenho convicção do que digo: a transposição é um meio de melhorar vidas.

Já no que se refere à destruição do rio, penso que deverão ser elaboradas metas de prevenção e revitalização, desbancando assim o comodismo das pessoas.

O pensamento dos “antitransposição” é ter o rio, quando o necessário é mantê-lo vivo, pensar na ação de hoje e não na possível conseqüência de anos à frente. Por isso apóio a transposição desde que haja revitalização, pois o Nordeste vai melhorar com essa obra. Não é dúvida, é certeza.



Professora: Érika Jane Ribeiro Escola: Escola Paul Harris Cidade: Petrolina – PE

A Rainha da Borborema receberá o Velho Chico

Aluna: Kelly Rayane Soares Cavalcanti

Temos vivido dias de intensas discussões sobre a polêmica que envolve a transposição do rio São Francisco. Há uma crise conceitual notória, o momento é de completa reflexão. Precisamos descobrir os vários argumentos que sustentam essa polêmica e que transpassa séculos no Nordeste.

A verdade é que os cidadãos nordestinos, e em destaque os cidadãos campinenses, já convivem com uma série de preocupações que envolvem o abastecimento de água e se preocupam com melhores condições de vida. Campina Grande precisa fazer uma análise, com atenção redobrada diante de alguns aspectos: não basta apenas querer a transposição, mas ela será suficiente, será realmente a solução ou será mais uma panacéia política?

Por exemplo, de acordo com o engenheiro da equipe de coordenação técnica do projeto de transposição do rio São Francisco, Francisco Sarmento, há três razões para esse projeto ser feito, e são básicas e óbvias: a primeira é que há água sobrando no São Francisco; a segunda, que a região precisa de água para uso econômico; e a terceira, que a água é utilizada sem prejudicar a bacia do rio São Francisco. O fato é que sem a integração desse rio no Nordeste setentrional cerca de 12 milhões de brasileiros vão continuar com a espada do racionamento sobre sua cabeça, afirma Sarmento.

No entanto, é bem verdade que atualmente há água sobrando no rio São Francisco, mas isso não significa que as águas do chamado "Rio da Integração Nacional" sejam inesgotáveis. Há um certo risco de esgotamento e desertificação desse patrimônio. E é verdade também que estamos precisando de água no Nordeste e especificamente em Campina Grande. Não podemos ficar com o posicionamento de alguns que consideram que se nós convivemos até hoje com a seca poderíamos continuar assim.

Parece-me que a alternativa da utilização dos excedentes do rio apenas para uso comercial não é muito justa para com a maioria da população nordestina.

Além disso, penso que devemos observar se as políticas que envolvem esse caso estão mais do lado econômico do que do hídrico e social desse projeto.

Então, é preciso prestar atenção nas propostas, em quem será o verdadeiro beneficiário: se a população ou meia dúzia de corruptos.

Afinal, tanto eu quanto os campinenses almejam que os responsáveis tomem medidas racionais e não que simplesmente joguem o rio diante de uma transposição movida por motivos políticos, mas que seja algo planejado paralelo à revitalização desse rio. Assim a Rainha Borborema receberá o Velho Chico de braços abertos.



Professora: Adriana Cristina Trajano Elias Escola: E. E. F. M. Severino Cabral Cidade: Campina Grande – PB

Maracanaú em busca dos velhos ares

Aluna: Rafaella Bôto Ferreira Costa

“Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá...”, ou pelo menos tinha antes de as indústrias se instalarem por aqui!

Antigamente, os versos de Gonçalves Dias retratavam muito bem o ambiente de nossa cidade, conhecida como “Terra dos maracanãs”. Contudo a urbanização fez com que lindas árvores e palmeiras fossem substituídas por colunas de concreto reforçado, o mato verdinho, pelo negro asfalto; e hoje sentimos nossos pulmões cheios de fumaça ao invés do ar puro de antes. Entretanto a industrialização trouxe consigo o crescimento urbano e econômico para Maracanaú.

E justamente isso é que faz com que haja controvérsias entre os habitantes do município onde moro, pois a industrialização não trouxe somente os novos ares do progresso e desenvolvimento socioeconômico, trouxe justamente uma fumaça de poluentes para a população local.

A indústria que mais causa polêmica entre os maracanauenses é uma empresa multinacional de um grupo australiano, produtora de pesticidas e herbicidas. Essa empresa é sempre alvo de manifestações populares, já que a matéria-prima utilizada na produção dos defensivos agrícolas tem em sua composição gases tóxicos que exalam fortes odores e causam diversos problemas de saúde à população dos bairros localizados nos arredores da indústria.

Esses moradores acabam se dividindo em dois grupos: os que aprovam a permanência da indústria no município e os que a desaprovam.

Para os que são a favor – incluindo os funcionários da empresa –, se a fábrica fechasse, o índice de desemprego aumentaria, já que mais de 300 funcionários seriam demitidos. Além disso, o município perderia economicamente, pois a empresa paga uma grande quantia em impostos. Por outro lado, os moradores dos bairros adjacentes à indústria sofrem constantemente de náuseas, irritações, problemas respiratórios, dores de cabeça, entre outros problemas de saúde. Muitos habitantes já se mudaram para outras localidades por não agüentar mais conviver com a poluição; porém, aqueles que não podem trocar de bairro são obrigados a sentir constantemente o cheiro fétido dos produtos.

Segundo alguns funcionários, a indústria de defensivos agrícolas não está alheia a tudo isso, ela dispõe de tratamento dos resíduos e utiliza um processo para minimizar o mau cheiro – sistema de exaustão. Entretanto os gases tóxicos continuam se dissipando no ar e causando sérios danos à população de Maracanaú.

Penso que os prejuízos causados ao ser humano e ao meio ambiente por esses produtos trazem conseqüências piores aos maracanauenses do que o fechamento da indústria.

Na minha opinião, bom seria se as indústrias, em vez de se preocuparem tanto com o lucro obtido pela venda de seus produtos, se interessassem mais em sanar os danos causados à natureza e à população de seus arredores. Certamente isso transformaria nossa cidade em um lugar melhor e mais saudável para se viver, e, quem sabe, traria os sabiás e as velhas maracanãs de volta à sua terra.

Professora: [Márcia do Carmo Ferreira Menezes](#) Escola: [Liceu de Maracanaú](#) Cidade: [Maracanaú – CE](#)

Barragem abre caminhos

Aluno: Rafael Ribeiro Griep

O progresso e a modernização são processos que, hoje em dia, são comuns e andam lado a lado, cruzando as linhas do tempo e do espaço. Espaço tal que pode ser compreendido como o lugar onde vivemos, como, por exemplo, aqui, o município de Dezesseis de Novembro, onde resido e cujo estereótipo de “cidade pacata do interior” considero que está prestes a cair.

O fato que está causando opiniões divergentes – não só entre os moradores daqui da cidade, mas também da região das Missões – é a instalação de uma usina hidrelétrica, a Barragem do Passo São João, situada entre Dezesseis de Novembro e a cidade vizinha, Roque Gonzáles. Esse grandioso empreendimento (gerenciado pela empresa de energia elétrica Eletrosul) propicia enormes benefícios à região, trazendo empregos e melhorias à infra-estrutura local.

E pude facilmente observar como a Eletrosul está apostando suas fichas na usina, pois, ao prestar atenção nos “números” da empresa sob a barragem e nos investimentos dela, percebi o seu entusiasmo. Serão, ao final das obras, 290 milhões de reais investidos e, de acordo com técnicos, a usina terá capacidade de atender uma cidade de aproximadamente 560 mil habitantes, gerando, inicialmente, cerca de 39 MW de energia média.

Mas entre a população há quem diga que, talvez devido a essa construção, poderão ocorrer mudanças climáticas e ambientais no município e que não desfrutaremos da energia gerada, ou que haverá problemas de deslocamento entre os municípios atingidos pela represa. Essas pessoas dizem também que o rio Ijuí (no qual está sendo feita a usina) terá seu nível diminuído e, com isso, causará um desequilíbrio pluviométrico, tanto aqui na cidade como nos demais municípios afetados (São Luiz Gonzaga, São Pedro do Butiá e Ralador).

Porém, do meu ponto de vista, essas pessoas não sabem que, antes de ser iniciado o projeto, a Eletrosul fez inúmeras pesquisas e requisições ao governo, para que o plano fosse legalizado. Além disso, outros órgãos, como o Ministério de Minas e Energia, o PAC e a Fepam, analisaram e delegaram medidas de adequação (meticulosamente estudadas), para que fossem diminuídos ao máximo os impactos da barragem ao ambiente local.

O inegável é que a Usina Passo São João trará para Dezesseis de Novembro, com seus pouco mais de 2.800 habitantes, boas oportunidades de emprego (a pretensão da Eletrosul é de 1.500 empregos na construção, até o fim das obras, em 2010), possibilidade de desenvolvimento e de importância dentro da região. Sendo assim, creio que todos esses motivos poderão aumentar a qualidade de vida da população da cidade, na área cultural, política e turística; também a possibilidade de economia onde não só aqui, mas todo povo brasileiro, sente mais peso: no bolso! E, talvez, Dezesseis de Novembro, conhecida como “Capital Nacional da Alfafa” (leguminosa forrageira), se torne um exemplo de geração de energia elétrica na região das Missões.

Professora: Rosângela Simioni Saul | Escola: E. E. M. Padre João Baptista Réus S.J.
Cidade: Dezesseis De Novembro – RS

Guaratinga, a "caixa-d'água" baiana

Aluno: Willber Rodrigues dos Santos

Quando os primeiros habitantes começaram a ocupar a área atual do município de Guaratinga, a região impressionava pela sua beleza. A Mata Atlântica ocupava toda a região e por causa de suas inúmeras nascentes de água pura de tão boa qualidade o município é considerado a "caixa-d'água" do extremo sul baiano, pois a maioria dos rios da região tem suas nascentes em meu município. Hoje, apesar de boa parte de suas matas terem sido derrubadas para o plantio de cacau e a criação de gado, seus rios e cachoeiras ainda impressionam. Porém, a chegada de uma multinacional do setor de papel e celulose à região gerou controvérsia entre a população local. A empresa tem interesse nas terras locais para o plantio de eucalipto.

A Câmara de Vereadores propôs uma lei impedindo que a empresa plante eucalipto nas terras municipais. Os vereadores contra o plantio argumentam que Guaratinga é o único município do extremo-sul que proibiu a monocultura do eucalipto em suas terras porque pode enfrentar a falta de água futuramente, uma vez que o eucalipto consome muita água e tem raízes profundas que secam todo o lençol freático do terreno. Os vereadores a favor argumentam que, como a economia municipal é pequena, os impostos obtidos com a exploração do eucalipto ajudariam o município, e a receita gerada seria convertida em obras públicas e projetos sociais para o benefício de toda a população.

Segundo uma pesquisa realizada por alunos do 2º ano vespertino, turma única, com os moradores locais, 60% dos entrevistados concordaram com a proibição estabelecida pela Câmara Municipal, pois acreditam que o eucalipto degradaria as terras e provocaria o êxodo rural, pois todas as terras disponíveis seriam destinadas ao eucalipto e, com a chegada de tantos moradores rurais para o centro urbano, a cidade não seria capaz de abrigar e dar emprego a tanta gente, podendo gerar um processo de "favelização" na cidade.

Em minha opinião, com a água se tornando um bem cada vez mais escasso, o município deveria investir mais na preservação das nossas nascentes, pois a maioria delas está sofrendo com o assoreamento, provocado pela destruição

irresponsável das matas ciliares. Assim, poderíamos implantar um projeto de ecoturismo, pois o meu município tem muito potencial. E o lucro obtido com o turismo movimentaria a economia, encorajando os empresários a investir no município.

Enfim, alternativas não faltam, e penso que a preservação ambiental deveria ser mais discutida e deveríamos praticar mais o manejo sustentável na bela natureza do meu município.



Professora: Jocélia Moreira da Silva Escola: C. E. Jesus Moura Cidade: Guaratinga – BA

Primeira parada gay em Lago Verde

Aluno: Joarlinson Lima Meneses

Que falta de vergonha!
É o fim do mundo!
Não vou sair nem de casa!
Eu acho interessante!
Lago Verde está se desenvolvendo!
Estou ansioso para assistir!

Essas são as poucas das muitas frases mencionadas ultimamente nos mais diversos locais da pequena Lago Verde, onde ocorrerá dia 7 de setembro a primeira parada gay do município.

A chegada desse evento já criou e vai criar ainda mais polêmica sobre essa festa que está sendo organizada pelas comunidades de homossexuais de todo o Maranhão.

Como em todo assunto, tem gente contra e tem gente a favor. Esse não poderia ser diferente, as opiniões estão bem divididas.

Nesse caso, por nossa cidade ser pequena e ter costumes e crenças tão respeitados, o impacto desse assunto é maior do que nas grandes capitais, onde muitas famílias participam e se divertem vendo fantasias e todo o brilho das “estrelas” da festa.

O evento ainda não se realizou, e as pessoas já discutem muito nas escolas e em rodas de amigos.

Os que se posicionam contra dizem que isso é uma falta de vergonha e se sentem ofendidos só em pensar que isso vai ocorrer na cidade. Afirmam que é contra a palavra da Bíblia e só servirá de mau exemplo para as crianças e os jovens do lugar.

Já os que se posicionam a favor dizem que isso é bom para a comunidade e as pessoas devem ter mais respeito para com os homossexuais; afinal, eles não podem ser excluídos de maneira alguma da sociedade. Dizem ainda que é uma oportunidade de conviver e entender melhor as diferenças.

Eu, particularmente, sou mais um a favor, pois acho que esse tipo de evento, apesar de se realizar pela primeira vez na cidade, não influenciará negativamente o povo desse município; pelo contrário, poderá trazer informações valiosas no que diz respeito à homossexualidade e, portanto, contribuir para minimizar o preconceito dessa população.



Professora: Maria Elizabeth Telino de Oliveira Escola: U. I. Professora Leda Tajra Cidade: Lago Verde – MA

Vans: uma solução problemática

Aluno: Lucas Alves Elmiro

Guará é uma cidade recente, tendo apenas 39 anos de história. É conhecida por ser um lugar calmo e de ótima localização. Mas nem tudo funciona tão bem por aqui. Entre os problemas administrativos que atingem esta região pode-se citar, como um dos principais, o transporte público: as vans em especial.

Em vista do deficiente sistema de transporte urbano ser demorado, desconfortável, entre outros, provocando transtornos à população, surgiram transportes alternativos ilegais, que, apesar de terem solucionado alguns problemas, como a demora e a falta de opção para algumas localidades, trouxeram alguns malefícios, como a falta de segurança, pelo fato de acontecerem freqüentes disputas por passageiros, e, principalmente, o descaso com deficientes e idosos, que são isentos do pagamento de tarifas.

Acredito que a legalização das vans seja a melhor solução para a melhoria do transporte público em Guará, pois esse sistema fornece maiores opções de deslocamento e itinerários para a população.

Com isso, a opinião do cidadão guaraense em relação a esse fato está bastante dividida: por um lado, os trabalhadores e estudantes que necessitam de agilidade de transporte defendem a legislação; por outro, idosos, deficientes e crianças lutam pela retirada do mesmo por colocá-los em risco, e muitas vezes ignorá-los. Há ainda empresários do ramo de transporte que exigem a extinção das vans ilegais, que causam prejuízos a suas empresas.

Sendo assim, essa polêmica teria que ser devidamente repensada para que se chegue a um consenso que valorize, acima de tudo, a satisfação do povo.

Como estudante e cidadão guaraense, penso que a legalização desse tipo de transporte seria o mais correto, apesar de a decisão de extinguir a maioria das vans piratas existentes já tenha sido tomada recentemente pelo governador, pois a quantidade de vans legalizadas não supre as necessidades do cidadão.

Professora: [Marlúcia Feitosa Gomes](#) Escola: [C. E. D. 03 do Guará 2](#) Cidade: [Guará – DF](#)

Aparecida: a capital (do comércio) da fé

Aluno: Israel Inácio Carvalho Júnior

Templos nababescos, recursos financeiros e influência internacional revelam toda a opulência da Igreja Católica. Apesar do imensurável poderio da Igreja, em Aparecida, cidade da Padroeira do Brasil, a fé, embora abstrata, vem sendo utilizada como objeto de comércio.

Considero, obviamente, que muitas pessoas – quase 3.000 – dependem integralmente do dinheiro que conseguem com o comércio informal, de onde tiram seus meios de subsistência. Não obstante, esse mesmo comércio, que envolve diversas agressões às leis – como contrabando, pirataria, entre outros – é realizado dentro do espaço ocupado pela Igreja e ao redor dele, tendo como objetos de comércio elementos representantes da fé cristã.

Segundo dados recentes, 80% da economia aparecidense corresponde a dinheiro movimentado pelo comércio ilegal, geralmente de artigos religiosos. A própria Igreja ensina na catequese, aula dirigida a estudantes que resolvem ingressar na fé católica, que um dos principais personagens da Bíblia, Jesus Cristo, teria espantado os comerciantes do templo de Jerusalém, dizendo que a Igreja é a “Casa de Deus” e não um lugar de comércio. Essa espalhafatosa contradição prejudica e vem conspurcar a imagem da Igreja.

A fé é o elemento fundamental para que o homem atravessasse seus períodos difíceis de forma segura e tem como objetivo principal confortar e trazer esperança. Como algo imaterial, a fé não necessita de objetos materiais ou qualquer meio físico para sua manifestação. Por essa mesma perspectiva, o padre Marcelo Rossi, ícone moderno da Igreja Católica, cuja opinião é bastante respeitada no meio religioso, corrobora, dizendo que “a fé deve ser um sentimento pessoal e não algo transformado em uma coisa quase que palpável que pode ser medida ou comercializada”.

De forma genérica, os homens precisam de esperança, de algo que lhes mostre o caminho correto e seguro, não apenas de amuletos e crucifixos. Clamamos, digo por mim e creio que por todos os fiéis, veementemente para que a fé deixe de ser apenas um objeto de comércio, uma forma de movimentar o capital local, e volte a ser um símbolo, um estandarte, um porto seguro para todos nós.

Professor: [Vagner Matias da Silva](#) Escola: [E. E. Américo Alves](#) Cidade: [Aparecida – SP](#)

Ameaça ao meio ambiente

Aluno: Fernanda da Silva Alves

O Brasil tem sido palco de constantes debates devido à construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) espalhadas em várias regiões. As PCHs são hidrelétricas de pequeno porte que, ao contrário das grandes usinas, operam com pequenas correntes de água e por isso podem ser instaladas em uma grande variedade de locais.

A Globalbank Consulting, empresa de Pedro Paulo Leone Ramos, age intensamente para salvar um negócio de centenas de milhões de reais em Minas Gerais, e o nosso município está ameaçado pela referida empresa, que pretende construir oito PCHs, sendo quatro delas no Rio Santo Antônio.

Sou terminantemente contra as PCHs, pois, sem dúvida, perderemos os pontos turísticos de Ferros, além dos prejuízos que sofrerão a fauna e a flora da região, e principalmente a provável extinção das espécies de peixes somente encontrados no nosso rio. É o caso de surubim-do-doce (*Sterndachneriodion*) e do andirá (*Hemichilus Wheatlandu*).

Tereza Cristina de Almeida Silveira, presidente da Associação de Defesa e Desenvolvimento Ambiental de Ferros (ADDAF), se posiciona contra a construção das barragens e relata: "O impacto ambiental causado pelas PCHs é muito grande e a comunidade não será beneficiada; pelo contrário, o prejuízo será incalculável".

Além disso, pude presenciar a beleza natural do encontro dos rios Tanque e Santo Antônio na Barra do Tanque, que é um dos locais da construção das PCHs; e será inevitável a degradação total do meio ambiente. Foi espantoso imaginá-lo completamente alagado.

O vereador e professor Carlos Elízio de Oliveira aplaude a Globalbank Consulting e diz que é uma empresa ilibada, que age respeitando a lei.

Entretanto, através de reportagem no jornal Estado de Minas do dia 6/8/2008, obtive a informação de que a Globalbank enfrenta seis processos no Mato Grosso por conduta ilegal.

O biólogo Fábio Vieira, em tese de doutorado na UFMG, combateu a construção das PCHs com base em mais de dez anos de pesquisa na bacia do Santo Antônio,

defendendo a criação de uma área de proteção ambiental no lugar, de acordo com o artigo da revista *IstoÉ* do dia 18/6/2008.

Pessoalmente, acho que não há necessidade de destruir tanto para se ter tão pouco, pois o rio Santo Antônio é foco histórico da cidade, e a comunidade não deveria ser prejudicada para que grandes empresas que almejam apenas lucros se enriqueçam cada vez mais. Ademais, pode-se buscar outras fontes de energia, como a solar, que é abundante neste país tropical.



Professora: Ana Maria Ribeiro Escola: E. E. Professor Alcides F. Assunção Cidade: Ferros – MG

Futuro promissor: sonho de um povo ou descaso político?

Aluna: Lara Romanha Jara

A emancipação de Governador Lindenberg, região nordeste do Espírito Santo, trouxe benefícios: tornou-se destaque na agricultura, principalmente na cafeicultura, criação de camarão, cultivo de coco, entre outros. Além disso, foram instaladas unidades de saúde, entidades educacionais e esportivas, e inúmeras outras vantagens foram conquistadas em decorrência desses oitos anos de autonomia, sem mencionar a facilidade de reivindicação dos nossos direitos. E como enfatiza uma moradora: “Como distrito de Colatina, pouca coisa tínhamos. Como município, a situação melhorou totalmente”. Belezas naturais, tranquilidade de interior e povo trabalhador não nos faltam. Sem dúvida, temos autonomia suficiente para progredir ainda mais.

Não é justo que Lindenberg e as outras 56 cidades brasileiras voltem a ser distrito de suas cidades-mães – no nosso caso, Colatina –, perdendo sua autonomia alcançada devido à comissão do Congresso Nacional pela não regulamentação do parágrafo 4º da Constituição de 1988, que, de acordo com a Emenda Constitucional nº 15, aprovada em 1996, novas cidades só podem ser criadas após a regulamentação desse dispositivo. Porém algumas unidades da Federação disciplinaram a matéria em suas constituições estaduais, permitindo o desmembramento e a emancipação de municípios.

Em agosto de 2008 foi veiculado na mídia que nossa cidade não tem maturidade social, nem estrutura de capacitação técnica para a maioria administrativa; entretanto, se essas afirmativas fossem verdadeiras, o crescimento do lugar e a satisfação da população não seriam visíveis. Como afirmou o nosso prefeito Asterval Altoé, em entrevista ao jornal A Tribuna, de 25/6/2008, com o qual concordo plenamente. “Voltar a ser distrito seria um retrocesso inaceitável para a população. Hoje oferecemos um bom atendimento nos serviços básicos, antes eram oferecidos de maneira bem precária”.

Não podemos nos esquecer de questionar sobre as pessoas que acreditaram na municipalidade, fizeram concurso e possuem estabilidade garantida em lei! Todavia, o que acontecerá a elas? Serão simplesmente demitidas? E a lei que lhes garantiu essa estabilidade? Será então infringida?

Além do mais, como frisou o vice-prefeito de Colatina ao mesmo jornal, “Mudar a situação só prejudicaria a população. Diferente de muitos municípios espalhados pelo país, em Lindenberg a emancipação foi uma decisão acertada”.

É inaceitável, portanto, que em um país onde tanto se luta pelo progresso estarmos passando por uma situação constrangedora de regressão por omissão de alguns gestores públicos. E, mesmo se ocorreu algum ato inconstitucional de acordo com o Supremo Tribunal Federal ou de má-fé à época da emancipação, isso não partiu do povo honesto e trabalhador de Governador Lindenberg.

Finalmente, a nossa e as demais 56 cidades correm o risco de voltar a ser distritos perdendo anos de conquistas e desenvolvimento. Não é justo aceitarmos passivos essa situação; afinal, é comprovado pelos moradores e visitantes que Lindenberg possui incontestável capacidade de ostentar o título de município.

Professor: [Edson Marianelli Romanha](#) Escola: [E. E. F. M. Irineu Morello](#) Cidade: [Governador Lindenberg - ES](#)

Progresso ameaça meio ambiente

Aluna: Ludmylla Maria Farias Maciel

A degradação ambiental hoje é uma preocupação mundial, e em Palmeiras do Tocantins e algumas localidades vizinhas essa preocupação vem aumentando com a chegada do projeto Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), considerado o maior projeto gerador de energia em curso no Brasil. A UHE tem capacidade instalada de 1.087 MW e energia assegurada de 584,9 MW médios.

Empreendedores do projeto afirmam que a UHE trará desenvolvimento a essas localidades, beneficiando a população com a geração de empregos, aumentando assim a renda de cada família e conseqüentemente trazendo lucro aos municípios. Entretanto, é válido afirmar que não teremos apenas benefícios, os impactos causados ao meio ambiente trarão uma seqüência de desastres, como alagamento de áreas de populações ribeirinhas que precisam de suas terras para tirar seu sustento e também inundações de áreas de lazer, como praias localizadas nas margens do Rio Tocantins.

Além disso, esses municípios ficarão superlotados, pois não estão preparados para receber esses migrantes que virão em busca de emprego.

Uma entrevista feita a uma servidora do Colégio Estadual Raimundo Neiva de Carvalho confirma os malefícios causados por uma hidrelétrica. Ela relata que quando criança morava em Guadalupi, uma pequena cidade do interior do Piauí, quando se iniciou o projeto Usina Hidrelétrica da Boa Esperança no ano de 1964, construída no rio Parnaíba, na divisa entre os Estados do Maranhão e do Piauí. Ela teve duração de seis anos e nesse meio tempo o município se modificou muito, famílias foram desabrigadas, tiveram prejuízos tanto materiais como psicológicos, foram construídas vilas, cinema, banco e grandes supermercados, e com o término da construção tudo foi abandonado. Isso gera um grande desperdício de dinheiro público, que poderia ser investido em saúde, educação e em outras áreas.

Um outro fato que mostra que as usinas agridem o meio ambiente é a Hidrelétrica de Balbina, que foi construída no rio Matumã, afluente do rio Amazonas. O imenso lago artificial criado para a usina inundou grandes trechos de floresta nativa, comprometendo o rico ecossistema local.

Penso que para essa usina não causar tantos impactos será necessário atribuir mais investimentos a projetos ambientais e culturais e atribuir também às famílias que serão afetadas uma indenização que possa contribuir para suas necessidades.

Enfim, sou contra a construção dessa usina. Sei que precisamos de energia, mas desde que haja mais inteligência e um projeto ético que valorize os nossos bens culturais e o nosso meio ambiente, equilibrando assim essas duas forças: desenvolvimento e natureza.



Professora: Rosilene Vicente de Sousa Escola: C. E. Raimundo Neiva de Carvalho
Cidade: Palmeiras do Tocantins - TO

Em defesa da vida

Aluna: Carolina Aparecida da Silva Alves

Minha cidade, Alpinópolis, conhecida com “Cidade das Pedras”, situa-se no sudoeste mineiro, uma região com riqueza biológica incalculável. A economia é movimentada pelo setor agropecuário e extrativista. Mas a extração de quartzito, no Parque Nacional da Serra Canastra, vem causando graves problemas ambientais, gerando polêmica entre os moradores. Há aqueles que são a favor da extração de quartzito, enquanto outros lutam pela preservação do lugar.

Os nossos empresários começaram a extração de quartzito na Serra da Canastra em 1960, antes mesmo da criação do Parque. A extração era desordenada e sem fiscalização, o que gerou uma grande destruição. Atualmente, nove mineradoras do município são legalizadas para mineração dentro do Parque, com várias restrições para minimizar os impactos ambientais. Porém, há várias outras empresas clandestinas trabalhando de forma ilegal. Em 2006, todas as pedreiras foram fechadas e muitos empresários e extratores da cidade, como protesto, fecharam a rodovia MG-50. O caso foi parar na Justiça e muitas pedreiras foram reabertas, enquanto outras continuam fechadas.

Segundo os empresários alpinopolenses, somos grandes exportadores mineiros de quartzito, exportamos de forma direta para outros países por meio de vários licenciamentos. Além disso, todo o beneficiamento da pedra ocorre dentro do município, gerando cerca de três mil empregos direta ou indiretamente; por isso, seria um erro fechar as pedreiras. Porém, sabemos que o “grosso” mesmo do lucro maior fica nas mãos deles, os donos das pedreiras.

Apesar de a extração das pedras trazer benefícios, sou a favor do fechamento de todas as pedreiras, principalmente, as do Parque. Sou filha de um extrator de pedras e sei como é difícil viver na dúvida, com a possibilidade de a qualquer momento meu pai ficar desempregado. Sei que algumas pessoas podem pensar que estou sendo incoerente, já que convivo diariamente com a insegurança. Mas o problema do desemprego torna-se pequeno comparado à importância da preservação do meio ambiente e da saúde dos extratores.

Infelizmente, nossos trabalhadores estão expostos a vários tipos de acidentes. Este ano, em junho, morreu um extrator da nossa cidade devido a uma explosão em uma pedreira da região. Além do mais, a inalação de pó de sílica pode provocar a silicose, doença que provoca lesões nos pulmões e é incurável. O mesmo resíduo que assoreia os rios entope os pulmões dos trabalhadores. O dr. Vicente de Paula, médico do INSS da região, já detectou vários casos de silicose na nossa cidade, inclusive em jovens. Conheço um rapaz que começou a trabalhar nas pedreiras ainda adolescente, aos 14 anos, em companhia do pai. Hoje, aos 22, já está aposentado, e, aposentados estão seus sonhos. O caso dele é gravíssimo, está respirando com a ajuda de uma máscara de oxigênio. É muito triste ver isso; portanto, o meu ponto de vista não pode ser diferente, como posso pensar na segurança da minha família, enquanto jovens como eu têm seus sonhos e suas vidas interrompidas?

Enfim, reafirmo que as pedreiras devem ser fechadas e as autoridades devem fazer uma reestruturação financeira na cidade, diversificar a economia, criar novos empregos e profissionalizar a mão-de-obra desses trabalhadores. Só assim acredito que se solucionará o problema do desemprego.

Devemos lembrar que o quartzito é um recurso não-renovável, uma vez extraído, não pode ser reconstruído pelo homem. Portanto, devemos nos unir a favor da preservação de um bem essencial para toda a humanidade. Preservar a biodiversidade da Serra da Canastra e de toda e qualquer serra é garantir vida em equilíbrio para nós e para as próximas gerações.

Professora: Rosa Maria Mendes de Lima Escola: E. E. Dona Indá Cidade: Alpinópolis – MG

Na contramão

Aluna: Ana Carolina da Silva

Garça, cidade típica do interior, já foi conhecida por seu grande cultivo de café. Hoje leva o título de “Pólo Industrial Tecnológico”.

A Avenida Dr. Labieno da Costa Machado, que é a principal da cidade e que dá acesso ao Distrito Industrial, até algum tempo atrás era uma avenida comum.

Devido aos inúmeros acidentes registrados nesse local, a Prefeitura tomou certas medidas para tentar reverter a situação, entre as quais a construção de um canteiro central e uma ciclovia. Os trabalhos iniciais datam de 2005, seguindo um cronograma razoavelmente lento. A previsão de término é para este ano.

Porém, isso vem gerando grande polêmica entre usuários da via, moradores e comerciantes da região. Algumas pessoas estão de acordo, mas outras criticam o projeto.

Os que são contra, a maioria moradores da Rua Manoel Joaquim Fernandes e da Presidente Dutra, dizem que a solução proposta atrapalhou o comércio na avenida e o tráfego nas citadas ruas paralelas. Dizem ainda que a população não foi consultada, não podendo opinar sobre essas mudanças.

Está claro que o volume de veículos que trafegam nas ruas paralelas aumentou, ocasionando acidentes, principalmente por falhas na sinalização e excesso de velocidade.

Também há insatisfação dos comerciantes, que afirmam que, com o fechamento de algumas entradas da avenida, os clientes buscam outros pontos comerciais acessíveis e com isso as vendas estão apresentando redução significativa.

Por outro lado, os que são favoráveis às modificações alegam que a medida atingiu o objetivo proposto, ou seja, melhorar a segurança de um dos locais onde o trânsito é mais intenso, até mesmo para os ciclistas, através da ciclovia.

Mas como isso é possível com uma ciclovia desse tipo? Centralizada na avenida, não sendo contínua e com os postes de iluminação no meio dela. É uma verdadeira arte sobre duas rodas.

Creio que as mudanças feitas não foram adequadas, pois, por um lado, a incidência de acidentes diminuiu, mas houve prejuízo ao comércio local.

Como moradora da Manoel Joaquim Fernandes, sinto os reflexos dessa situação dia após dia. Lamentavelmente, o trânsito vem piorando, com registros de acidentes violentos. Vejo que só houve mudança de endereço. Se antes a rua da minha casa era tranqüila e as crianças podiam brincar sossegadas, hoje o cenário é oposto: as mães têm medo de deixar seus filhos saírem porque sabem que o trânsito não é mais seguro.

É indiscutível que o progresso deve ser buscado com atuações que respeitem o direito do cidadão e não interfiram na qualidade dos serviços urbanos e no acesso a outros bens coletivos, que devem ser garantidos pelo poder público com planejamento e participação dos cidadãos. Existe um Estatuto da Cidade que promove o exercício do diálogo para o bem comum. Assim, as decisões devem ser tomadas respeitando-se os fatores envolvidos, antevendo-se situações com tempo hábil para possíveis correções. A cidade deve ser cuidada, visando ao seu desenvolvimento sustentável e ao respeito pelos seus cidadãos.

Portanto, sou contra a construção do canteiro central e as mudanças feitas na Avenida Dr. Labieno da Costa Machado, pois há risco de o comércio não se expandir mais naquela região, afetando o desenvolvimento da cidade, e a segurança não ser mais garantia de qualidade de vida.

Professora: Mariza Passos dos Santos Escola: E. T. E. Monsenhor Antônio Magliano Cidade: Garça – SP

Santo Antônio: herói ou vilão?

Aluna: Ellen Zancan Lopes

A construção de uma imagem de Santo Antônio em cima do morro que leva o mesmo nome tem causado muitas discussões em nosso município. São vários os prós e os contras, as acusações e até mesmo os prejulgamentos. O povo de Caraguatatuba está dividido entre os que querem que o santo permaneça onde está e outros que mal esperam vê-lo morro abaixo.

Particularmente, penso que o Santo Antônio é, em primeiro lugar, parte da cultura e da fé da Igreja Católica, e não um monumento ecumênico ou desvinculado de qualquer religião; portanto, construí-lo em local tão público é um tanto quanto ousado e até mesmo desrespeitoso com aqueles que não compartilham da mesma profissão de fé dos católicos. Além disso, a obra foi edificada em lugar de preservação ambiental, um dos poucos onde a natureza ainda reina soberana. Os ambientalistas afirmam que a pavimentação do caminho que dá acesso ao santo tende a prejudicar demasiadamente a fauna e a flora nativas, e os turistas e comerciantes ambulantes que têm andado por lá em grandes grupos já afastaram a mata em cerca de três metros de seu local habitual, deixando assim suas marcas na natureza.

Outro aspecto significativo é que, de acordo com o chefe do escritório do Ibama de Caraguatatuba, Leonardo Teixeira, a prefeitura possuía autorização para realizar somente melhorias no Morro Santo Antônio. A construção não estava prevista no projeto.

Boa parte da população também questiona sobre o fato de que os 124.000 reais investidos na construção – segundo o artista responsável pela obra, Irineu Migliorini – poderiam ter sido mais bem empregados em outros setores mais carentes de benefício: saúde, educação, saneamento básico e habitação, pois são áreas que necessitam ser melhoradas em nossa cidade.

Argumentos não faltam para mostrar o quanto essa construção tem afetado negativamente Caraguatatuba, em aspectos tão diversos e profundos, que somente o caiçara nativo é capaz de avaliar.

Por outro lado, há os que opinam favoravelmente à permanência do Santo Antônio no morro e afirmam, aliás, corretamente, que o turismo religioso no

município tem aumentado consideravelmente, gerando emprego e lucros. O secretário de Meio Ambiente da nossa cidade, Auracy Mansano, defende também que não houve desrespeito algum à legislação ambiental porque a área onde o santo foi construído já estava degradada e não foi necessário cortar nenhuma árvore para realizar a obra.

Entretanto, o que constatamos no Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, é que o topo do morro é uma área de preservação permanente (APP) e nesse caso não somente a derrubada de árvores é considerada crime ambiental – punível com prisão e/ou multa –, como também dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação constitui infração.

Enfim, questiono-me se é justo a natureza pagar uma vez mais pela ganância absurda e soberba humana, ou que outras pessoas de religiões diversas sejam obrigadas a conviver com um monumento que chega a ofender a sua crença. Realmente, não é justo nem correto. Possam alguns de nossos políticos e conterrâneos perceber que hoje é mais do que nunca tempo de liberdade religiosa e de deixar, pelo menos uma vez, a natureza vencer e reinar absoluta com sua despreziosa exuberância.

Professora: Maria Célia Destéfani Rossit Escola: E. E. Alcides de Castro Galvão Cidade: Caraguatatuba – SP

Destruição do patrimônio público em benefício do particular?

Aluno: Jean Marcks da Costa Nunes

Em um canteiro, passeio da Rua José Rodrigues da Silva, na cidade de Monte Alegre de Sergipe, houve redução de 12 metros de comprimento para facilitar a entrada de caminhões, carregados de ração para animal, em um salão construído recentemente.

Esse fato gerou uma polêmica: “Vale a pena destruir o patrimônio público para a construção de um salão comercial?”

Alguns respondem que sim, pois alegam que a construção do salão está gerando emprego, além de ampliar a circulação de produtos, como farelo e soja, naquela cidade, o que provoca barateamento deles.

Antes que perguntem: “Quem é esse para falar sobre esse assunto?”, vou adiantar-me e dizer que sou morador vizinho do tal salão. Além disso, sei que existe a Lei nº 8.625/93, que defende o patrimônio público.

Posso até concordar com o ponto de vista de alguns que são a favor, mas, com a destruição do canteiro e a construção do salão, as pessoas que moram na mesma rua não conseguem dormir direito por causa do barulho dos caminhões que chegam altas horas da noite para descarregar seus produtos. Além disso, fiz uma rápida pesquisa naquela rua com trinta moradores. Desses vinte e nove foram contra e afirmaram que houve falta de respeito para com os cidadãos e com o patrimônio público. Apenas um foi favorável, alegando que o dono do salão era seu amigo e que ele (o entrevistado) não tinha nada contra a obra realizada.

Sou contra, principalmente, porque estamos falando da destruição de um patrimônio que é nosso e que oferece (ou oferecia) algum tipo de lazer para as pessoas que habitam aquela rua. Além disso, houve omissão por parte do prefeito em relação ao caso, pois a população não foi avisada. Ademais, o promotor de justiça, Haroldo José de Lima, em caso parecido e que aconteceu na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, deixou em nota no site Jus Navigandi que esses espaços são de uso comum de todos, de acordo com o Código Civil Brasileiro, da mesma forma que mares, rios, estradas e praças (art. 66, I), não podendo, portanto, ser confundidos com bens de uso patrimonial do poder público (art. 66, III), acrescentando-se, finalmente, à categoria de bens públicos os chamados de “uso especial” para a população.

Em resumo, o canteiro foi destruído para a vantagem de certo comerciante, que, segundo um dos trabalhadores do próprio salão, oferece emprego em condições precárias e remuneração péssima. Soma-se a isso a opinião de alguns empresários. Eles afirmaram que existem inúmeros lugares mais convenientes para o estabelecimento de empresas, salões e indústrias que ofereceriam emprego aos moradores da cidade e não atrapalhariam o descanso e o lazer de pessoas que merecem respeito e uma boa noite de sono.



A ZPE é a solução para Cáceres?

Aluna: Dayanne Marciano Moreno

A cidade de Cáceres é conhecida como “Princesinha do Paraguai”, visto que é cercada pelo rio Paraguai, destacando-se pelas belezas naturais, pelo enorme potencial turístico, pela forte atividade de agropecuária e poucas indústrias.

Recentemente, surgiu uma polêmica sobre a implantação na cidade da Zona de Processamento e Exportação (ZPE), que constitui áreas de livre comércio criadas para o desenvolvimento econômico. Segundo especialistas no assunto, as ZPEs são mecanismos de desenvolvimento e geração de empregos em que as empresas focadas no mercado externo operam em ambiente livre de impostos para importação de insumos e exportação da produção.

Há aqueles que consideram a chegada das empresas em Cáceres uma solução para o desemprego, reduzindo as desigualdades regionais, estimulando investimentos que beneficiam pequenas e médias atividades e gerando mais renda para a população.

Por outro lado, os que são contrários ao projeto propõem políticas de planejamento urbanístico, de infra-estrutura e disponibilidade de área para sediar a ZPE, pois segundo a Lei nº 11.508/07 (art. 2º) a criação da Zona está condicionada à concretização dessas metas.

A implantação da ZPE exigirá profissionais especializados e qualificados para os trabalhos inerentes ao projeto. Outra ação por parte da prefeitura é a formação de programas que qualifiquem os trabalhadores locais, pois com os novos e diversificados tipos de emprego aumentará a entrada de migrantes, intensificando a falta de moradia e a degradação das áreas ambientais.

Enfim, a ZPE aumenta a perspectiva dos sonhos dos jovens em relação ao trabalho e à geração de renda. Porém, será necessário um planejamento político, econômico e social que promova a qualidade de vida dos cidadãos cacerenses e conserve as belezas naturais da “Princesinha do Paraguai”.

Professor: José Maria de Sousa Escola: E. E. P. S. G. Onze de Março Cidade: Cáceres – MT

Carne põe vidas em risco

Aluno: Albertino do Amparo de Jesus

Como várias cidades brasileiras, Gandu, na Bahia, sofre graves problemas. Recentemente, a situação da comercialização de carne no Mercado de Abastecimento da cidade, sem nenhum aparato que garanta a higiene dela, alcançou seu ápice. A carne era comercializada em contato direto com o chão, lavada em água suja e contaminada, sempre exposta à temperatura ambiente, além de o Mercado não ter nenhum alvará de funcionamento. Assim como ocorreu em cidades como Santo Antônio e Feira de Santana, ambas na Bahia, Gandu necessitou que o Ministério Público proibisse o comércio ilegal de carnes por estar na ilegalidade. Penso que o Ministério agiu conforme a lei, já que o comércio dessa carne representa perigo iminente à saúde pública.

No entanto, a ação da Justiça foi questionada pelos gestores municipais e açougueiros, que afirmam que o aspecto social não foi observado, já que mais de mil empregos eram sustentados pelo comércio de carne, porém eles esquecem que muitas crianças e adultos já morreram por ingerir a carne. Os moradores da região dizem nunca terem sentido nenhum problema com a ingestão dela; no entanto, as conseqüências na saúde de quem a consome são gradativas e podem ser confundidas com outros problemas.

Os açougueiros afirmam ainda que a forma como vendem a carne torna o preço do produto mais barato, porém é preciso lembrar que não se pode pôr vidas em risco, mesmo porque elas não têm preço.

A ação tomada pelos três grupos envolvidos – Prefeitura, Ministério Público e açougueiros – é o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que prevê que em até sessenta dias sejam tomadas algumas medidas paliativas, como a criação de vários boxes com equipamentos de corte e refrigeração, pias com água potável etc. Penso que essa medida é muito positiva, pois eliminarão os problemas em questão, além de termos maior segurança e saúde na mesa.

Professora: Elane Cerqueira Lima de Almeida Escola: Colégio Estadual Eliseu Leal Cidade: Gandu – BA

Necessidade ou problema?

Aluna: Adriana Cristina Gluitz

No dia 7 de maio de 2008, em Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, ocorreu a inauguração do Centro de Detenção e Ressocialização (CDR), conhecida com o nome provisório de Casa de Custódia, mas já popularmente denominada “Cadeião”. Uma construção com investimento do governo de 13 milhões de reais, com capacidade para abrigar cerca de 900 detentos. Contudo, a polêmica sobre o benefício ou malefício que envolvem esse investimento continua.

Sem dúvida é uma obra necessária, pois, segundo especialistas no assunto, as precárias condições das superlotadas cadeias do sudoeste paranaense não garantem a segurança da população e muito menos têm condições de recuperar os detentos e reintegrá-los à sociedade.

Entre os efeitos benéficos que essa instituição nos traz, certamente, está o impacto econômico, já que resultará em empregos diretos e indiretos, aumento da massa salarial, aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e outros. Se observarmos do ponto de vista demográfico, vamos ter também um aumento significativo da população beltronense e isso atingirá positivamente a economia com o aumento potencial do número de consumidores para o comércio local.

Por outro lado, muitos temem os efeitos indesejáveis que um presídio pode nos trazer, tais como: a vinda das famílias dos detentos para o município, geralmente famílias que trazem consigo problemas sociais, sobrecarregando a estrutura de atendimento da cidade em si. Outro efeito que as pessoas contrárias à instalação dessa casa temem é a possibilidade da vinda de “profissionais” do crime, que poderão se infiltrar entre os moradores para ficar perto de seus chefes que estão detidos. Também alegam que poderemos presenciar, como vem acontecendo, de modo geral, no sistema prisional brasileiro, e isso vai gerar um grande risco de rebeliões e fugas.

Na minha opinião, os benefícios serão maiores que os efeitos negativos, pois, se houver uma boa administração, juntamente com a nossa ajuda e a ajuda do poder público, os problemas que surgirem poderão ser prevenidos.

Assim a Casa de Custódia, além de necessária como tentativa de reintegrar os presos à sociedade através de trabalho e da educação, será uma solução e não um problema. Poderá ser um dos fatores que contribuirão para a tranquilidade e o desenvolvimento do município e da região.

Professora: Jussara Pires Marcon Escola: C. E. E. F. M. Industrial Cidade: Francisco Beltrão – PR

Campos Altos: uma cidade para todos?

Aluno: João Paulo de Oliveira

A região Nordeste do Brasil é a mais pobre do país e a mais castigada pelas condições climáticas, que provocam catástrofes, como a seca. Em decorrência disso, ocorre um grande processo de migração dos nordestinos para as regiões mais desenvolvidas, como as regiões Sudeste e Sul.

Um bom exemplo desse processo ocorre em Campos Altos, em Minas Gerais, cidade de 14.000 habitantes, situada entre campos e montanhas, no Circuito da Canastra e conhecida por abrigar Nossa Senhora Aparecida, no segundo maior Santuário do Brasil.

Esse processo migratório ocorre em época da colheita do café, quando o município recebe um acréscimo de aproximadamente 4.000 nordestinos.

Entretanto, esse fato vem causando uma enorme polêmica, pois os moradores da cidade que trabalham na zona rural alegam que os nordestinos estão reduzindo suas chances de trabalho, conseqüentemente provocando quedas nos salários, uma vez que os nordestinos trabalham por salários mais baixos, e ainda contribuem para um crescente aumento dos índices de violência, segundo alguns moradores. No entanto, a Polícia Militar afirma que o aumento da violência na cidade é insignificante, não chegando a 10%, o que realmente aumenta é o trabalho policial preventivo para evitar possíveis delitos.

Mas, segundo os nordestinos, é de suma importância essa migração, porque eles estão situados em uma região que não é propícia para a agricultura, uma vez que o único produto em abundância é a mamona, por ser mais resistente ao calor. Além do mais, o preço do dia trabalhado é relativamente baixo. Enquanto recebe na faixa de R\$ 50,00 por dia em Campos Altos, no Nordeste esse valor cai para R\$ 12,50, e quando há serviço.

Além disso, os produtores campos-altenses afirmam que a quantidade de trabalhadores da cidade não é suficiente para a colheita, a qual seria feita fora de época correta, ocasionando um imenso prejuízo, pois prejudicaria a safra pendente e também a florada do próximo ano.

Já os comerciantes que contam com aumento significativo das vendas comemoram a presença dos migrantes e incentivam a vinda deles.

Do meu ponto de vista, parte da população da cidade está equivocada, pois está explícito na Constituição Federal que todo cidadão tem o direito de ir e vir em todo o território nacional, e, além do mais, o Brasil não é somente para alguns, mas para todos os brasileiros!

Professora: Edna Lúcia de Carvalho Silva Marques Escola: E. E. Padre Clemente de Maletto Cidade: Campos Altos – MG

O direito à terra é de todos nós

Aluna: Bruna Fernanda Rodrigues Martins

A demarcação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul é o tema regional mais evidente e discutido atualmente. Por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 12 de novembro de 2007, entre o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal e a Fundação Nacional do Índio, ficou acordada a realização de estudos antropológicos para demarcações de áreas indígenas em 26 municípios do Estado.

Sem discussões prévias e esclarecimentos sobre o que de fato compreendem esses estudos e quais as conseqüências dessas demarcações, nosso município foi surpreendido com a notícia de que poderá virar território indígena e sua população de não-índios simplesmente ser condenada à condição de “sem-teto”.

Exageros à parte, a verdade é que o clima de indignação, revolta e insegurança foi instaurado. Aqui em Amambai várias autoridades já expressaram sua opinião contra essa demarcação: prefeitos, vereadores, comerciantes, produtores rurais e grande parte da população estão empenhados em lutar para que essas demarcações não aconteçam.

É importante ressaltar que a sociedade não está ignorando os direitos da população indígena. É indiscutível que essas terras eram originalmente habitadas pelos povos indígenas e que atualmente algumas reservas não possuem a quantidade de terras suficientes para abrigar algumas etnias e talvez por isso muitas aldeias enfrentem problemas gravíssimos de desnutrição, alcoolismo, violência e suicídios.

Entretanto, penso que transformar grande parte da região sul do nosso Estado em área indígena é no mínimo uma atitude desastrosa. Considerando que nos 26 municípios afetados por essa demarcação a base econômica é o agronegócio, não só os agricultores e pecuaristas serão afetados, mas também os setores de serviços, o comércio em geral e as instituições financeiras.

Outra questão extremamente preocupante é o clima de tensão entre índios e brancos. Em um país em que se tem a falsa ilusão de convivência pacífica entre os diferentes povos, a discriminação e o preconceito podem gerar sérios conflitos e uma onda de violência.

Além disso, o papel da Funai em relação ao bem-estar dos povos indígenas é bastante questionado. Que programas serão desenvolvidos para que as terras adquiridas sejam efetivamente produtivas?

Dessa maneira, temos que reconhecer que os protestos contra as demarcações são um alerta para todo o país e, principalmente, para os governantes.

Sem dúvida, todas as comunidades, indígenas ou não, devem ter a oportunidade de melhorar suas condições de vida, até porque os direitos de todos os povos devem ser respeitados.



Professora: Gilvanda Alves da Silva Reis Escola: E. E. Coronel Felipe de Brum Cidade: Amambai – MS

Representantes de Deus ou do povo?

Aluno: Giovanni de Lucena Moraes

O jornal Folha de S. Paulo divulgou que sacerdotes católicos estão disputando as prefeituras este ano no Brasil, o que ocasionou conflitos entre a Igreja e os sacerdotes, gerando mais dúvidas à população quanto a em quem confiar um voto que decidirá o futuro da cidade.

Os padres que resolveram disputar os pleitos municipais nestas eleições receberam uma suspensão de ordem ou solicitaram licença e estão afastados da Igreja, já que o novo Código de Direito Canônico da Igreja Católica – que vigora desde 1983 – afirma que “os clérigos são proibidos de assumir cargos públicos que implicam a participação no exercício do poder civil”. Mas não prevê nenhuma punição, e a deixa a critério do bispo diocesano.

Assim como em outras cidades brasileiras, esse episódio ocorre em Jardim do Seridó, cidade do interior do Rio Grande do Norte, na qual o bispo da diocese de Caicó (RN), dom Manoel Delson, concedeu a suspensão de ordem ao padre Jocimar Dantas, candidato a prefeito de nossa cidade.

Muitos acham que isso é radicalismo por parte da Igreja, mas, na minha opinião, a Igreja está certa, pois isso poderá “dividir” os fiéis e prejudicar a Igreja, que não tem nenhum envolvimento com as políticas governamentais do Brasil.

Muitos eleitores acreditam que pelo simples fato de o candidato ser padre poderá corresponder às suas expectativas em benefício da comunidade. Mas creio que ele não seja capaz de cumprir sua nova “missão” como administrador, pelo fato de ele ter abandonado as pessoas que confiavam e acreditavam nele como padre, não sendo prudente confiar um voto em quem não tem certeza do que quer e abandona facilmente seus maiores compromissos.

Os bispos deveriam adotar como medida enviar esses sacerdotes para fazerem missão em lugares que necessitam deles, como a Amazônia, caso queiram voltar a exercer suas ordens ministeriais, uma vez que eles abandonaram suas ordens e agora encontram-se à disposição da Igreja.

É muito importante que a comunidade avalie a conduta do candidato como padre e como político, pois é a ele que a comunidade pode ou não entregar o governo municipal, que exige muita seriedade e compromisso. Também deve-se

avaliar como ele administrava sua paróquia, para que as pessoas possam ter uma base de como será esta administração.

Em resumo, sou terminantemente contra padres ou qualquer tipo de religioso envolvido nas políticas governamentais, pois, como católico, sinto que os fiéis ficam confusos e acabam se afastando da Igreja, que em nenhum momento teve participação nesse fato que envolve toda a comunidade. E, assim como ele abandonou a Igreja, poderá abandonar a comunidade que confiou nele.



Professora: Vera Lúcia Cunha de Lucena Escola: Centro Educacional Felinto Elísio Cidade: Jardim do Seridó – RN

A Lagoa de Sombrio pede socorro

Aluna: Patrícia de Matos Cristovão

Ato público “Água de Todos” reuniu alunos da rede pública municipal e estadual de Sombrio, Santa Catarina, às margens da Lagoa de Sombrio, no dia 10 de abril de 2008. Nesse ato os alunos solicitavam uma solução para um problema que preocupa a maioria da população da região: a diminuição do nível da Lagoa de Sombrio.

A Lagoa de Sombrio apresenta uma superfície de 54 quilômetros quadrados, é a maior lagoa de água doce do Estado. Ela percorre cinco municípios: Balneário Gaivota, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Sombrio e São João do Sul.

A Lagoa está apresentando problemas que podem comprometer todo o ecossistema da região, uma vez que nos últimos oito anos baixou mais de um metro do seu nível de água, afastando-se cerca de 90 metros do lugar aonde antes ela chegava. Com a diminuição do seu nível a água do mar está entrando na Lagoa, provocando o processo de salinização.

Preocupada com essa situação, a ONG Associação de Proteção e Amparo à Lagoa (APA) realizou um estudo para viabilizar a construção dos molhes da Barrinha, na cidade de São João do Sul, onde a lagoa desemboca no rio Mampituba. Segundo a APA, essa alternativa beneficiará a Lagoa, pois ela voltará ao seu nível normal e não sofrerá tanto com a salinização, que é altamente prejudicial à pesca e à sobrevivência de várias espécies de peixes, tais como bagre, robalo, jundiá e outros que existem nesse *habitat*.

Por outro lado, há aqueles que não pensam no futuro da Lagoa. Uma pesquisa feita pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) com 134 pessoas, dos cinco municípios pelos quais a Lagoa percorre, aponta que 39,4% da população é contra o fechamento do canal da Barrinha, alegando que haverá inundações nas regiões próximas da Lagoa, acarretando a perda de solo agrícola e ocasionado também a redução da renda dos pescadores.

Já 32,6% dos entrevistados são a favor, porque, com o fechamento do canal, o nível da lagoa não diminuirá e não comprometerá a sua utilização pelo ser humano e pela atividade agrícola. Ainda que esse problema atinja direta ou indiretamente a todos os moradores da região, percebe-se que muitas pessoas

demonstram desinteresse ou indiferença a seu respeito, visto que 17,4% não opinaram e 10,6% desconheciam o assunto.

Penso que a melhor solução é a construção dos molhes, devolvendo à Lagoa a sua forma, condição e característica original. Portanto, é necessário que se tomem atitudes fortes para a recuperação da Lagoa, caso contrário nossas futuras gerações nos culparão pelo seu desaparecimento. Somente com o engajamento de todos é que podemos inverter esse quadro, pois o bem da nossa Lagoa é o bem de todos nós.



Professora: Elisandra de Vargas Cardoso Escola: E. E. M. Macário Borba Cidade: Sombrio – SC

Represamento do Rio Caldas: solução para uns, problemas para outros

Aluna: Daniele Ferreira da Silva

Caldazinha é uma pequena cidade do interior de Goiás possuidora de várias riquezas, das quais uma das mais importantes é um rio que corta o município, o Rio Caldas, que, além de ser extenso, conserva suas águas límpidas.

Há alguns anos houve uma grande polêmica acerca deste rio: a possibilidade do seu represamento para a construção de pontos turísticos e lazer, bem como para o abastecimento de água, no futuro, para a nossa capital, Goiânia – plano diretor desenvolvido pela Saneago.

Como já era previsto, essa possibilidade dividiu opiniões: de um lado, acredita-se que esse projeto pode gerar rendas tanto para o município quanto para o Estado, mais empregos, trazer turistas e com eles o reconhecimento para Goiás, e ainda a captação de água para Goiânia, pois pesquisas revelam que ela só poderá ser abastecida normalmente pela barragem do rio João Leite até o ano de 2025.

Por ser mais próximo da capital, o Rio Caldas foi apontado como a solução para o problema da falta de água da população goianiense. Por outro lado, assim como eu, várias pessoas defendem que a construção desse lago mudará por completo a vida dos moradores das localidades próximas ao Rio, pois eles perderão suas terras e terão grandes prejuízos, já que as indenizações são feitas, mas, além de demorada, os valores podem ser desprezíveis. Esses moradores ainda terão que deixar toda uma história de vida para trás, podendo contar apenas com as lembranças. Outro grande prejuízo são os incontáveis danos ambientais.

Segundo levantamentos feitos, o projeto ocupará 2.800 hectares de terra, o lago terá 3.449,3 milhões de metros cúbicos de água, 23 quilômetros de extensão e 810 metros de largura. A área inundada será de 425 alqueires de terra, com a desapropriação de 365 pessoas. Além dos danos ambientais impostos a 1.104 hectares de áreas com cobertura vegetal nativa e 1.658 hectares de áreas produtivas. Assim sendo, os prejuízos superam os benefícios.

Esse assunto caiu em esquecimento após as reivindicações da população caldazinhense através de abaixo-assinados enviados ao governo em setembro de 2005. Entretanto, acredita-se que o projeto continua em andamento, por causa da sua grande importância. Porém as informações correm em segredo.

Assim, a falta de informações deixa as pessoas preocupadas, pois encontram a solução para a falta de água em Goiânia; no entanto, isso prejudicará a vida de inúmeros moradores, que só pedem que seus princípios sejam respeitados, pois se esse fato acontecer serão inundadas, junto com a fauna e a flora das margens do rio, também histórias de vida dos habitantes atingidos, além de que parte do lazer talvez nunca possa ser desfrutada pelos moradores da região, que possui um poder aquisitivo muito baixo em relação a essa grandiosa obra do Estado.



Professora: Ana Maria Pires de Matos Escola: E. E. Horácia Lobo Cidade: Caldazinha – GO

Polêmica nos trilhos de Cataguases

Aluno: Felipe de Souza Carvalho

“Pacíficusme est ingressus tuus?” (“É pacífica a tua chegada?”)

Com essa frase, gravada na Ponte Metálica, as portas da minha cidade, Cataguases, são abertas. Uma cidade pequena em tamanho, mas grandiosa no cenário cultural, arquitetônico, literário e cinematográfico de nosso país. Cataguases, conhecida como “Terra de Gente Boa”, foi desenhada com traços de Niemeyer, Jan Lach, Portinari, entre outros, escrita na linhas do Movimento Verde, e eternizada nas telas de Humberto Mauro.

Há também em minha cidade uma linha férrea, responsável pelo transporte de bauxita na região, fundada em 1877 e que cruza o município dividindo-o ao meio. Além de separar a cidade em dois lados, também divide as opiniões de seus habitantes mediante uma antiga polêmica: o trem deve cruzar a cidade ou não?

Alguns dizem que o trem não interfere em nada e que, pelo contrário, dá um ar histórico à cidade. Eu, como tantos outros, penso que o trem atrasa o trânsito e a única solução é transportar a linha férrea para longe do perímetro urbano.

O sr. Fernando Masiero, secretário da Indústria, Comércio e Segurança, afirma existir um projeto de transposição da ferrovia para a zona limítrofe da cidade, criando assim um “anel ferroviário” para aliviar o trânsito do centro. Apesar disso, o trem ainda continua nos mesmos trilhos, engarrafando o tráfego de automóveis e pedestres e incomodando os habitantes com um apito ensurdecedor, que agrava a poluição sonora.

Pessoalmente, acredito que o simples fato de o trem cruzar a cidade não lhe trará avanços. O que realmente importa é que ele esteja contribuindo para alavancar o desenvolvimento econômico do município, e para isso não é necessário que o transporte de cargas seja feito pelo centro de Cataguases.

Além disso, um fator agravante é o da infra-estrutura dos trilhos, que, se não cuidados, aumentam o risco de acidentes. Portanto, é imprescindível a sua boa conservação.

Para resolver essa polêmica, entretanto, nenhuma solução foi encontrada ainda; enquanto isso cataguasenses continuam tendo o seu sono e sonhos

embalados por um “tchac-tchac-booommm” enlouquecedor, que, segundo outros moradores: “Não incomodam em nada, e são patrimônio histórico”.

Ainda assim, acredito na luz no fim do túnel: a transferência do trem de minério para as bordas do município, dando lugar a um bonde turístico, que não incomodaria e deixaria ainda mais bela nossa “Princesa da Mata”. Afinal de contas, Cataguases é misto de modernismo e história, idealizada por nossos artistas, mas marcada pelos trilhos de ferro, para sempre de braços abertos, dizendo a seus visitantes: *“Revertere ad me, suscipiam te”* (“Volta, que eu te receberei”).

Professora: Dara Raquel de Freitas Folly Escola: E. E. Manuel Inácio Peixoto Cidade: Cataguases – MG

BR-364: desenvolvimento ou preservação?

Aluno: Abraão da Silva Lima

O acreano é conhecido por trocar o desenvolvimento pela preservação da floresta. Em Cruzeiro do Sul, lugar onde vivo, também não é diferente. Minha terra natal hoje conta com cerca de 80.000 habitantes, é a segunda cidade acreana mais populosa. O povo da nossa região tem a mania de dizer que somos da ponta do Brasil, onde o vento faz a curva e que o açaí é a uva das bandas de lá. O município está localizado no vale do Juruá, distante 645 quilômetros da capital Rio Branco.

Há vinte anos surgiu o desafio de integrar todo o Acre através da BR-364. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal prevê investimentos em torno de 672 milhões de reais para a pavimentação da rodovia, o que vem causando divergências de opiniões não só na cidade, mas em todo o Estado. Pequena parte da população se posiciona contra, argumentando que a construção da rodovia causará sérios danos à natureza. A ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora acreana Marina Silva, há alguns anos, solicitou o embargo da obra para saber se ela causaria, ou não, impactos ao meio ambiente. Segundo ela, a construção da obra foi iniciada sem os devidos estudos ambientais. As pessoas contrárias argumentam que a criminalidade aumentará, pois a rodovia interligará Cruzeiro do Sul não só à capital, mas sim a todo o Brasil.

Assim como eu, a maioria da população é favorável à pavimentação da rodovia, pois ela, quando concluída, trará como retorno a geração de empregos. Conseqüentemente, proporcionará a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento, desde que seja de maneira sustentável, ou seja, devemos usar o que a natureza nos proporciona de maneira racional para que as futuras gerações tenham acesso aos mesmos recursos.

Tenho plena convicção de que a conclusão dessa rodovia trará vários benefícios não somente para os cruzeirenses como para todo o vale do Juruá e para o Acre de maneira geral. Observo que nos últimos dez anos a BR-364 vem sendo aberta consecutivamente no período do verão, há uma redução significativa do preço dos produtos comercializados em nossa cidade, se comparada ao período de inverno, quando a rodovia encontra-se sem tráfego devido às chuvas.

A nossa região, por estar localizada em plena Floresta Amazônica, tem belos pontos turísticos, como o Igarapé Preto, o Parque Nacional da Serra do Divisor, sem falar no novenário em honra à padroeira Nossa Senhora da Glória, que é considerada a segunda maior manifestação de fé da região Norte, sendo superada somente pelo Círio de Nazaré, em Belém. A conclusão dessa rodovia atrairia vários turistas para a região e, conseqüentemente, a geração de renda na cidade, ou seja, haveria uma diversificação da economia local.

Sou plenamente favorável à pavimentação da BR-364, pois ela, quando concluída, será um atrativo para a instalação de indústrias e empresas para nossa região, gerando assim emprego e renda para a população. Também proporcionará a integração de todo o Acre. O governo garantiu que a rodovia será pavimentada até 2010. Espero que o sonho dos acreanos, em especial dos cruzeirenses, se realize o mais breve possível, pois só assim viveremos dias melhores.



Professora: [Mária de Fátima do Monte Souza](#) Escola: [Escola Flodoardo Cabral](#) Cidade: [Cruzeiro do Sul – AC](#)

A bela rima da poesia mostra o sofrimento no coração ecológico

Aluna: Julyane Gomes de Oliveira

No interior de Pernambuco, a mais ou menos 400 quilômetros da capital Recife, encontra-se o município de São José do Egito, ou “Capital da Poesia”, como é popularmente conhecido. É assim chamado por causa dos grandes poetas que habitavam e habitam essa cidade.

É notável o seu despontar em relação às cidades vizinhas; é indiscutível a sua ação de acolher os filhos; como também é indiscutível o seu panorama arborizado, de lugar preocupado em preservar o meio ambiente e, assim, respirar melhor.

Contudo, é incontestável que o projeto de asfaltar o centro de nossa cidade gerou polêmicas, pois para tal empreitada foi preciso derrubar árvores centenárias e com isso, acredito, contribuindo para o desmatamento, para o aquecimento global, e cometendo um crime num mundo que briga e brada alto e em bom som por preservação.

De acordo com pesquisas realizadas pelos alunos da E. E. Edson Simões (2º EM “D”), de cada dez pessoas entrevistadas três são a favor do projeto realizado e o restante critica, dizendo que o prefeito, de um jeito ou de outro, contribuiu, sim, para o desmatamento. Porém, o prefeito diz que vai repor as árvores que foram derrubadas e alega a intenção de contribuir para crescimento do município e não para o desflorestamento. Infelizmente, o crescimento das cidades tem provocado a diminuição das áreas verdes, que são derrubadas para a construção de condomínios, pólos industriais etc. Esse problema não é exclusivo do nosso país – no mundo inteiro o desmatamento ocorreu e continua ocorrendo. E em São José do Egito não foi diferente. Os dados do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD) mostram que a Amazônia perdeu 4.754 quilômetros quadrados de floresta entre agosto do ano passado e junho deste ano, elevação de 9% em comparação com o acumulado entre agosto de 2007 e junho de 2008.

Diante de tudo isso, penso que o prefeito fez uma “poesia sem rimas” – derrubar árvores que tinham mais de cem anos e outras plantadas há pouco tempo para asfaltar ruas que já eram calçadas não é projeto de extrema necessidade.

Se eu fosse o “poeta” responsável pelas rimas dessa “poesia”, teria feito com rimas ambientais que dessem mais vida ao nosso planeta, em vez de fazer “frases soltas e sem sentido”, pois as matas, florestas e árvores são de extrema importância para o equilíbrio ecológico da Terra e para o bom funcionamento climático.

Espero sinceramente que o homem tome consciência desses problemas e comece a perceber que antes do dinheiro e do destaque na sociedade está a vida do nosso planeta e conseqüentemente a nossa.

Nossos filhos e netos têm o direito de viver num mundo melhor, fazendo as mais belas poesias com rimas perfeitamente dispostas, sem que haja nenhuma amostra do sofrimento “no coração ecológico” de nossa cidade.



Professor: Helder Barbosa Piancó Escola: E. E. Edson Simões Cidade: São José do Egito – PE

As faces da lei de preservação do patrimônio histórico

Aluno: Lucas da Silva Gautério

São José do Norte, cidade onde vivo, tem uma grande importância na história do Estado do Rio Grande do Sul, porém a história de seu povo pode estar desabando em forma de sobrados e prédios históricos. A polêmica em questão é se a lei do patrimônio histórico é a melhor maneira de manter a história ou só um atraso na vida de seus donos.

A lei de preservação do patrimônio, Lei Estadual nº 11.585 da Constituição Estadual, criada em 2001, pelo então deputado estadual Bernardo de Souza, tem objetivos de preservar a visibilidade e a ambiência das edificações e de estabelecer dispositivos de controle para garantir a qualidade ambiental do centro histórico. Quem não cumprir essa lei e modificar, demolir ou deprestar patrimônio tombado será multado ou até mesmo preso.

A parte da população que é contra a lei se defende com os seguintes argumentos: há muita burocracia e uma restauração sairia muito cara, e seria necessário a ajuda de instituições e empresas. Ainda assim as mudanças que podem ser feitas são muito limitadas, pois não se pode modificar a fachada do imóvel, como, por exemplo, construir uma garagem no térreo e acima um 1º andar. Um ponto importante é que deveriam ter sido tombados apenas os sobrados e casarões, pois o tombamento não é feito com o consentimento de seus donos, cobrindo uma área inteira dentro do centro da cidade. Segundo uma pesquisa escolar, que foi feita com participação de 23 municípios, 61% se posicionaram contra a lei de preservação do patrimônio histórico. Além disso, é importante salientar que na Rua General Osório, situada no sítio histórico da cidade, não podem trafegar caminhões ou veículos pesados, pois causariam trepidações e ocasionalmente rachaduras nas edificações, podendo levá-las a ruir. Tal limitação da rua prejudica o comércio, uma vez que as mercadorias devem ser transportadas em veículos de menor porte e em menor quantidade.

A outra arte da população defende a lei, pois acredita que a conservação do patrimônio histórico é importante para manter viva a história de um povo. Isso desenvolve o turismo e conseqüentemente o comércio, gerando receita e renda. Na pesquisa antes mencionada, 30% dos entrevistados apoiaram a lei, enquanto 9% não opinaram.

A opinião da população nos mostra que existe uma falta de instrução dos habitantes. A culpa pode ser atribuída à falta de políticas públicas de conscientização. Segundo Moacir Rodrigues, colunista do jornal Agora: “O governo, através de leis, proíbe a demolição de um prédio considerado histórico, mas, por outro lado, nada ou muito pouco faz para mantê-lo em pé, o que pode significar o mesmo que torturar uma obra até que ela venha a sucumbir pela ação do próprio tempo”. Isso pode vir a acontecer com vários prédios de São José do Norte, como o prédio Gibbon e o prédio Coronel Gonçalves da Silva, atualmente apoiados por estacas de madeira.

Em minha opinião a lei é uma excelente maneira de iniciar a conscientização, porém deveria ter o apoio governamental, mesmo porque a receita gerada pelo turismo em algum tempo cobriria os custos envolvidos. Sendo assim, posiciono-me a favor da lei de preservação do patrimônio histórico, porque “Povo que não tem história é povo que não existe”.

Professora: [Márcia Nobre da Silva Gibbon](#) Escola: [Instituto Estadual de Educação São José](#)
Cidade: [São José do Norte – RS](#)

Progredir ou preservar: uma questão de opinião

Aluno: Elson de Souza e Silva Júnior

Cidade pacífica, localizada no noroeste fluminense, habitada por gente humilde e acolhedora, esta é Itaocara, também conhecida como “Princesinha do Paraíba”. A vida por aqui é tranqüila, crianças brincam pelas ruas, idosos batem papo nas praças, tudo típico de uma pacata cidade do interior. Mas uma polêmica vem ganhando a atenção dos itacoarenses: a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Paraíba do Sul, entre as localidades de Porto Marinho e Batatal, o que poderá alterar toda essa harmonia, custo muito alto para um progresso duvidoso.

Uma pesquisa realizada por alunos da Turma 2002 do C. I. E. P. 245 revelou que 56% dos entrevistados são favoráveis à construção da barragem, 13% são contrários e 1% não soube opinar, num total de 425 pessoas questionadas. Biólogos e pescadores do Projeto Piabinha fazem frente ao empreendimento, alegando que o impacto ambiental causado pelo alagamento da região é irreversível. Na opinião do secretário municipal de Meio Ambiente, Marcelo Graça, o projeto de construção necessita de mais estudos de minimização dos impactos porque, embora a área alagada seja grande, precisamos do progresso.

Diante de todos esses fatos, sou contra a implantação da usina porque, em tempos de aquecimento global e poluição desordenada, não podemos virar as costas para o nosso meio ambiente, representado por uma fauna e flora riquíssimas. São 186 espécies de vegetais e inúmeros animais, seis deles – lagosta-de-são-fidélis, piabanha, surumbim-do-paraina, cascudo-barbudo, cágado-do-paraíba e lontra – correm risco de extinção. Segundo o biólogo Guilherme Souza, as escadas construídas próximo às represas para que os peixes desovem rio acima não são eficazes, pois apenas 0,01% deles conseguem transpô-las.

O progresso não pode nos levar a um futuro de fome e miséria.

Oponho-me também à idéia adotada pelo povo de que a usina gerará muitos empregos. Dados divulgados pelo Projeto Piabanha indicam que os empregos gerados pela pesca, cerca de 1.200, superam os que serão criados na barragem, no máximo 80. Além disso, a receita obtida pela atividade pesqueira supera os royalties oferecidos pela companhia ao município.

Sei que Itaocara precisa arregaçar as mangas para progredir e que tudo tem seu preço, no entanto, a Princesinha do Paraíba deve estar sempre de braços abertos e louvar o que sempre teve de melhor: a vida!

Professora: Zilete Pereira Montesino Escola: C. I. E. P. 245 Cidade: Itaocara – RJ

Roraima, um Estado dividido

Aluno: Felipe Navarro Balbino Alves

Roraima vive hoje um momento único em sua história. Até bem pouco tempo atrás, pouco se falava do Estado; porém, recentemente, ele se tornou alvo da atenção de todo o país. O que mais me entristece é saber que todo esse interesse não se deve às suas riquezas naturais ou culturais, e sim aos lamentáveis conflitos fundiários que tanto sujam a imagem do Estado que desde pequeno aprendi a amar.

Os problemas territoriais de Roraima são mais antigos do que se pensa. Desde tempos imemoriais, os índios das etnias Macuxi, Ingaricó, Wapixana, Ianomâmi, entre outras, habitam o Estado e lutam pelo direito à posse das terras que antes lhes pertenciam, envolvendo-se em inúmeros conflitos entre si e com os não-índios que se estendem até os dias atuais. Como resultado, mais de 40% do Estado corresponde, hoje, a terras indígenas destinadas à suposta “preservação da cultura indígena e das riquezas naturais”.

Não sou contra os índios de maneira alguma, mesmo porque, como a maioria dos brasileiros, tenho sangue indígena, gosto de dormir em redes e tomo banho pelo menos três vezes ao dia; costumes herdados dos nativos brasileiros. Contudo, não posso deixar de observar que essas reservas trazem mais problemas que soluções.

Principalmente em áreas de fronteira, tais demarcações facilitam a entrada de estrangeiros que exploram nossos recursos e realizam patentes para seus países, prejudicando a hegemonia do Brasil, que perde pouco a pouco as suas riquezas. Além disso, a economia do Estado fica bastante ameaçada, visto que as reservas indígenas compreendem grande parte das terras agricultáveis da região, indispensáveis à principal fonte de renda de Roraima, o cultivo de grãos, como o arroz e a soja.

Os problemas trazidos pelas reservas não são apenas de natureza econômica e territorial, eles também contribuem para aumentar o preconceito para com os indígenas, que são segregados da sociedade, estimulada a praticar violência contra tais povos.

Eu, como roraimense, não me sinto plenamente brasileiro, pois o país parece não se preocupar com o futuro do meu Estado, agindo de maneira deletéria não só com Roraima, mas com a Amazônia em geral. O povo roraimense precisa que o governo federal não enxergue mais o Estado como o “fim do Brasil” e passe a propor novas formas de aliar a preservação da cultura indígena com o desenvolvimento econômico e tecnológico do Estado. Assim me sentirei à vontade para bater no peito e dizer que faço parte da grande nação brasileira.

Professora: Arlete Alves de Oliveira Escola: C. E. F. E. T. Roraima Cidade: Boa Vista – RR

Cristino Castro, Capital Nacional da Água

Aluno: Enismar de Barbosa dos Santos

Capital Nacional da Água, com o maior lençol freático e o maior número de poços jorrantes da América do Sul, Cristino Castro, localizado na região sul do Estado do Piauí, no Nordeste do Brasil, possui uma imensa fartura de água subterrânea, graças ao solo impermeável que concentra água e forma grandes lençóis. A abundância de água derramada já preocupa os moradores, tanto na escassez para as futuras operações quanto no prejuízo ao meio ambiente, uma vez que esses poços jorram 24 horas por dia e constituem somente atração turística.

Existem poços desde o início até o fim da cidade, e o que mais desperdiça água localiza-se 45 quilômetros ao norte da cidade e chama-se “Violeta”. Dados técnicos estimam um desperdício de 500.000 litros de água por hora; no entanto sua vazão já alcançou no início de sua perfuração, em 1975, 900 metros cúbicos, ou seja, 900.000 litros de água por hora.

Para o secretário municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o engenheiro agrônomo José Oliveira Filho, o fato não seria tão absurdo se essa abundância de água suficiente não só para o consumo humano como para diversas outras coisas estivesse sendo plenamente aproveitada.

Neste ano de 2008, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos assinou convênio com o Ministério da Integração para o controle de vazão dos poços existentes no município. Desde 2004 projetos estão em tramitação com a mesma finalidade: fechar os mais de vinte poços existentes na cidade e reabri-los nos finais de semana, quando o fluxo de turistas é maior; porém, até agora isso não aconteceu.

Durante entrevistas com proprietários e responsáveis por poços, eles afirmaram que estes não podem ser lacrados em nenhum momento, pois isso causaria danos à economia de seus estabelecimentos, onde funcionam grandes hotéis com piscinas e restaurantes para o turismo, já que essa beleza natural constitui atração turística. Enquanto a maioria dos moradores concordam com o fechamento, outros acreditam que o derramamento excessivo sem aproveitamento não seja ofensivo à natureza. Como diz o chefe da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), a questão deve ser tratada considerando não somente os aspectos ambientais e sociais, mas fazendo prevalecer a legislação atual.

Do meu ponto de vista, os poços devem ser fechados, sim, já que essa água não tem outra finalidade a não ser para o turismo. Uma vez lacrados, os poços podem ser reabertos nos finais de semana, quando há maior movimento de turistas.

Está claro que se essa água usada nos banhos fosse reaproveitada para a agricultura ou para a criação de animais, como peixes e outros, não se importaria nada, produzindo tudo aqui mesmo e conseqüentemente gerando renda para a cidade e para a população.

Finalmente, todos devem se conscientizar de que a água não é um bem eterno. Por exemplo, sabemos que algumas regiões do Japão já importam água potável, por isso devemos preservá-la.



Professora: Olinda Maria Rodrigues Arnaldo Escola: Unidade Escolar Joaquim Parente Cidade: Cristino Castro – PI

Sustento de alguns, ruína de outros

Aluno: Merlim Miriane Malacoski

Major Vieira é uma cidade calma e pequena, de povo hospitaleiro e ambiente acolhedor. É um município rural, pois a economia é essencialmente agrícola.

Um dos problemas da nossa cidade está exatamente na principal atividade da agricultura major-vieirense: o cultivo do fumo. A maioria da população não vê problema algum; pelo contrário, acha que o cultivo do tabaco é a única alternativa de desenvolvimento para o município. Quase ninguém percebe que o mesmo fumo alimenta a economia local e se transforma no cigarro que mata tantas pessoas. Mas eu acredito que essa mentalidade pode ser mudada quando os habitantes de Major Vieira perceberem que a fumicultura é uma atividade rentável, porém ela envolve questões éticas, de saúde, ambientais e até culturais.

Apesar de a atividade fumageira não utilizar grandes áreas de terra, o que torna favorável aos pequenos agricultores, o fumo necessita de muitos agrotóxicos, que geralmente são aplicados manualmente e, pior, sem o cuidado necessário, causando diversos problemas de saúde aos fumicultores.

Não se pode esquecer também dos impactos ambientais, já que durante o processo de secagem do fumo necessita-se de muita lenha, e apesar de a maioria dos fumicultores utilizar árvores de reflorestamento, cujas mudas são fornecidas pelas próprias empresas fumegeiras, as áreas reflorestadas não conseguem suprir a demanda de lenha, o que faz com que se destruam trechos de vegetação nativa.

Outra questão preocupante é o fato de muitos agricultores cultivarem exclusivamente o tabaco, e não raramente vêem-se fumicultores comprando nos supermercados de Major Vieira produtos básicos como legumes e hortaliças, produtos esses que poderiam produzir com mais qualidade nas próprias terras.

Muitas pessoas afirmam que a economia major-vieirense não sobreviveria sem o cultivo do fumo e não se preocupam em criar outras alternativas aos pequenos agricultores do município. É preciso avaliar quais produtos se adaptariam ao solo, ao clima e, sobretudo, às possibilidades e necessidades

das famílias do meio rural. Esse não é um projeto a ser executado a curto prazo, o que certamente atrapalharia a vida dos fumicultores, mas, sim, uma medida eficaz para o futuro de nossa cidade.

Penso que as pessoas precisam trabalhar no campo para garantir seu sustento, mas não é correto Major Vieira continuar se desenvolvendo às custas da produção da matéria-prima de uma droga que mata milhões de pessoas no Brasil e no mundo, inclusive na nossa própria cidade.



Professora: Soleima Aparecida de Oliveira Escola: E. E. B. Luiz Davet Cidade: Major Vieira – SC

Rodoviária, eis a questão

Aluna: Sildinéia Machado de Moraes

No município de Colorado do Oeste, situado no cone sul do Estado de Rondônia, a aprovação de um projeto pela Câmara dos Vereadores provocou e ainda provoca muita discussão entre a população.

O projeto em questão se refere à construção de uma nova rodoviária no local onde hoje está uma das praças da cidade, situada na Avenida Paulo de Assis Ribeiro, que foi construída com recurso federal, e ao seu lado encontram-se uma escola e o ginásio municipal de esportes. O projeto prevê gastos com essa construção de aproximadamente um milhão de reais.

A população coloradense fez valer seus direitos de cidadão, e as pessoas, sejam as contrárias ou as que defendem esse projeto participaram das votações na Câmara Municipal. Outras promoveram abaixo-assinados, que foram entregues à prefeita, pedindo a escolha de outro local para a nova rodoviária.

As que defendem a implantação desse projeto, como alguns vereadores, argumentam que o local onde está a atual rodoviária não beneficia a cidade, pois é muito distante do centro, sendo de difícil acesso, e que sua infraestrutura já é precária. Além disso, fundamentam-se na idéia de que o bairro onde está localizada, o São José, já está quase isolado. Porém, penso que, se a rodoviária for transferida, esse bairro ficará totalmente isolado.

No entanto, muitas pessoas, como eu, se opõem a esse projeto, pois a praça é patrimônio público e não podemos simplesmente esquecer os gastos que os governos passados tiveram com a construção da antiga rodoviária e com a praça que já foi local de lazer de muitas famílias.

Outro motivo pelo qual me oponho a esse projeto é que próximo à praça está localizada a Escola Estadual Paulo de Assis Ribeiro, na qual estudo. E vejo que o aumento do número de pessoas circulando nessa área e a entrada e saída de ônibus e carros particulares prejudicarão o rendimento escolar, uma vez que a poluição sonora aumentará. O índice de acidentes nessa área provavelmente se elevará, visto que as avenidas Paulo de Assis e Marechal Rondon já são movimentadas.

Também deve-se levar em consideração o fato de que no momento a cidade não está precisando de uma nova rodoviária, mesmo que esta tenha infraestrutura de cidade grande. E essa verba que está parada nos cofres da prefeitura poderia ser investida na área da saúde, melhorando o único hospital da cidade, que está em situação precária, ou construindo uma nova instalação hospitalar, mais próxima ao centro.

Na minha opinião, deveria ser feita distribuição de panfletos explicativos, mostrando o lado positivo e o negativo desse projeto, e a população deveria ser ouvida através de um plebiscito, antes de dar início à construção, cujas obras não iniciaram porque o juiz da cidade embargou a obra, alegando que ela irá causar impactos ambientais, pois no local há duas palmeiras-reais e um pé de mogno.

Desde então, nada foi resolvido, a discussão continua, mas ao mesmo tempo em que essa discussão é desgastante é também saudável, uma vez que vivemos em uma democracia, em que todos têm o direito de opinar e defender suas idéias.

Professor: Moisés José Rosa Souza Escola: E. E. F. M. Paulo de Assis Ribeiro Cidade: Colorado do Oeste – RO

Rio Guaribas, desviá-lo da cidade de Picos ou escavá-lo?

Aluna: Jéssica Ravena de Sousa Santos

O problema do Rio Guaribas virou motivo de polêmica na cidade de Picos. O que deveria ser feito para pôr fim aos problemas de alagamento? A escavação ou a mudança do rio?

Há anos a cidade vem sendo alagada pelo Rio Guaribas nos períodos de inverno rigoroso. Muitas pessoas dizem que para resolver o problema o melhor seria escavá-lo para suportar um nível maior de água, mas outras alegam que o rio Guaribas recebe grande quantidade de água de outras localidades vizinhas, como, por exemplo, do Riacho das Macacas e da Barragem de Fátima, que deságuam no rio, aumentando o risco de enchentes.

Ao escavar, a intenção é evitar o transbordamento na cidade, o que causa prejuízos à sociedade, devido à grande quantidade de lixo que o rio carrega para as ruas, gerando as mais diversas doenças e colocando em risco de desabamento as casas das famílias que moram nas proximidades do leito, obrigando-as a sair de suas casas e se abrigarem em lugares públicos, como colégios e quadras esportivas.

Outra parte da população acredita que o correto seria mudar de vez o curso do rio Guaribas para fora da cidade, só assim não haveria mais riscos de enchentes, já que há muito tempo o rio passou por certo abandono da sociedade e principalmente dos governantes, que não fazem uma política de preservação do meio ambiente. Dessa forma, deixamos de ter um rio que poderia gerar riquezas para a sociedade, já que antes existia uma série de plantações de alho e arroz, produtos típicos da região, que sustentavam parte da população ali existente. Outra solução seria transformá-lo em ponto turístico, como já foi em outras décadas.

Na minha opinião, para termos uma cidade com ambiente propício, é preciso não só desviar o rio como também criar um programa para sua restauração, começando por um processo de arborização em suas margens e uma fiscalização mais rígida para evitar o aumento da poluição, e incentivar a retomada das plantações, propiciando aos peixes e demais animais um ambiente favorável e natural para a sua existência.

É preciso, portanto, achar uma solução mais apropriada para a sociedade e atenda à vontade da maioria da melhor maneira possível, sem trazer prejuízo à natureza que há tempos sofre um grande desgaste por causa de obras mal planejadas e da ambição dos humanos ignorantes.



Professora: Teresa Neuma Santos de Sousa Escola: Unidade Escolar Marcos Parente Cidade: Picos - PI

Cavaleiros da cana versus mecanização

Aluna: Mariane Cheli de Oliveira

O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4.275 habitantes. O formato do município de Tamboara é no mínimo curioso, quase um quadrado perfeito emoldurando uma cidade em miniatura com virtude e problemas característicos de uma cidade pequena.

Em nosso município e região a cana-de-açúcar é a principal fonte de trabalho; é cortando cana que muitos trabalhadores sustentam suas famílias. Devido ao serviço árduo e estafante, podemos chamá-los de cavaleiros da cana, pois levantam de madrugada, vestem suas armaduras e saem para a luta com a determinação de guerreiros.

Mas ultimamente algo vem lhes tirando o sono: a provável mecanização da colheita de cana. Penso que isso não deveria acontecer, pois é indiscutível que esse tipo de colheita irá ocasionar o desemprego de muitos trabalhadores braçais.

Com a implantação da mecanização, as usinas teriam mais lucros, pois, segundo dados da Alcopar, enquanto um trabalhador colhe em média seis toneladas de cana por dia, uma máquina pode colher seiscentas.

Segundo dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), o Paraná ocupa o segundo lugar na produção de cana-de-açúcar. Isso é algo que podemos perceber claramente observando o aumento do plantio de cana em nossa área rural, que, se por um lado, gera muitos empregos, por outro, causa problemas ambientais.

Nesse sentido, os que são contrários ao processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar argumentam que ele tiraria o emprego de muita gente, que em sua maioria possui baixa escolaridade e não conseguiria outro emprego, principalmente com carteira assinada, como o proporcionado pelo corte de cana.

Os que argumentam a favor citam as questões ambientais, pois com o trabalho das máquinas não haveria a necessidade das queimadas dos canaviais que poluem o ar, matam animais e prejudicam a saúde humana, principalmente a dos próprios cortadores de cana que entram em contato direto com a fuligem.

Na minha opinião, os impactos negativos causados pelas queimadas são inegáveis, mas não deveriam servir de justificativa para a substituição de trabalhadores por máquinas. Vale lembrar que o corte da cana sem a prática da queimada não é impossível, pois isso já ocorre quando há o corte de cana para a produção de mudas.

Segundo pesquisa feita pelo engenheiro ambiental Eleutério Languloski, não há motivos que justifiquem técnica, ecológica ou socialmente as queimadas nos canaviais, a não ser para maior rendimento da colheita.

Esse, com certeza, é um impasse difícil de ser resolvido, mas acho que a solução está com os donos de usinas, que poderiam abrir mão de suas margens de lucro, acabando com a prática da queima de cana, pagando uma remuneração mais justa aos seus trabalhadores que, produziram menos do que na situação atual, e fornecendo-lhes equipamentos de trabalho adequados para sua proteção, visto que na colheita da cana os trabalhadores estariam mais sujeitos à picada de bichos peçonhentos e cortes causados pelas folhas.

Assim, o verde de nossos canaviais continuaria sendo a cor da esperança de nossos cavaleiros, que vêem no plantio da cana e na força de seu trabalho a garantia de sustento de suas famílias e o progresso de nossa cidade.

Professora: Vanicléia de Oliveira Sousa Rebelo Escola: E. E. F. Doutor Dúlio Trevisani Beltrão
Cidade: Tamboara – PR

Situado no norte do Brasil e próximo ao Atlântico, o Estado do Amapá vem atraindo os olhares do capital estrangeiro ligado a empresas mineradoras, que vêem no Estado grandes oportunidades de exploração de matéria-prima como o ouro, a tantalita, e, claro, a viabilidade econômica. Mas quem sofre com isso na “pele”, ou melhor, nas folhas, é a Floresta Amazônica e os povos tradicionais da floresta.

Nos anos 1980, vivíamos tempos calmos, mas “puros”. Hoje, temos outra visão, o belo que ainda existe tenta sobreviver em momentos turbulentos. A floresta luta contra o chamado “progresso”. Confesso que a ideia de “progresso” aflige-me, pois sei que, além de mão-de-obra qualificada, acesso à tecnologia, criação de infra-estrutura e benefícios econômicos, ele também propaga a miséria, a prostituição, a violência, a agressão ao ecossistema e o desemprego, porque a mão-de-obra local não é aproveitada por não ser qualificada; as crianças são vítimas da prostituição, tornando-se mercadorias sexuais nas mãos dos mineradores e garimpeiros que são atraídos pelo ouro, o verde dá lugar à miséria e ao mercúrio, pois o tal “progresso” tem um preço e a dívida é paga a longo prazo.

Nas décadas de 1970 e 1980 houve projetos que visaram megaempreendimentos no Amapá, como a exploração de manganês na Serra do Navio, mas o que a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi), associada à Bethelen Steel, multinacional norte-americana de aço, nos deixou foi uma herança maldita: o arsênio, produto químico procedente da extração do manganês que ficou durante décadas exposto a céu aberto, contaminando a maior parte da população da pequena Vila de Elesbão, localizada no município de Santana, onde moradores que contraíram problemas de saúde gravíssimos, como o câncer, devido à superexposição a esse produto, até agora não receberam a devida assistência para amenizar as dores provocadas por esse descaso.

Outro exemplo de empreendimento que contribuía para a degradação do meio ambiente no Amapá foi o Projeto Jari, aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 12 de agosto de 1969.

Voltado para a produção de celulose, arroz, gado, caulim e bauxita, foi um sonho do norte-americano Daniel Ludwig, que se tornou pesadelo, pois os empreendimentos não deram certo porque não foi realizado um estudo prévio do solo e do clima da região para verificar a viabilidade de trabalhar com essas culturas na Amazônia. O arroz não se adaptou à região, o custo financeiro da criação de gado e da exploração da bauxita era alto.

Atualmente só funciona o setor responsável pela celulose, pois o eucalipto e o pinho adaptaram-se ao clima e ao solo amazônico. Agora, a população de Vitória do Jari e de Laranjal do Jari convivem com o odor insuportável proveniente da queima dos resíduos químicos das caldeiras da fábrica de celulose, e do rio Jari, contaminado pelos dejetos procedentes dessa atividade.

Hoje a bola da vez é a Pedra Branca do Amapari, um município próximo à Serra do Navio, onde a Mineradora MMX (Mineração e Metais) ganhou não só o “direito” de explorar os minérios, mas também a miséria, a “inocência” e a “ignorância” dos moradores. Vejo a história se repetir, e todos estão novamente sob o efeito de “progresso”. No entanto, pergunto-me: até quando pagaremos o preço pelo progresso? Quem dará mais pela floresta? Vamos “pagar pra ver”?! Nossas crianças ainda estão aqui.

Quero deixar claro que não sou contra a ideia de progresso, porém defendo que ele ocorra com responsabilidade e em benefício da população, não para favorecer especuladores e oportunistas, que lucram com a miséria do povo e a degradação dos recursos naturais amazônicos.

Praça de trabalhadores

Aluno: Francisco Eugênio de Vasconcelos Filho

A Praça D. Pedro II, localizada em frente à Catedral Metropolitana de Fortaleza, é palco de uma polêmica questão da cidade. É lá que funciona a Feira da Sé, um enorme agrupamento de vendedores ambulantes que já se tornou conhecido não só na capital como também no interior do Estado do Ceará. Recentemente, no dia 16 de abril, uma ordem judicial estabeleceu a remoção dos comerciantes da praça até o dia 27 de maio, uma vez que o trânsito no lugar torna-se caótico durante o funcionamento da feira.

Desde então o embate entre os ambulantes e as forças da Guarda Municipal tem sido intenso. Exemplo disso foi o que ocorreu no dia 22 de junho, com inúmeras agressões e algumas prisões de populares. O caso traz à tona uma importante pergunta: “O que é mais importante, o fator humano ou a organização da cidade?”

A Feira da Sé reúne milhares de trabalhadores, pessoas que têm famílias para alimentar e sustentar. Acredito que retirar o meio de sobrevivência dessa gente é, no mínimo, desumano. “Estou na feira há quatro anos e nunca houve tanta perseguição quanto agora. Tiramos nosso sustento da feira”, afirma o feirante Franklin Freire de Freitas, de 59 anos.

É possível que surjam argumentos propondo que, por se tratarem de trabalhadores da economia informal, devem ser removidos do lugar, já que não possuem autorização para ocupar o espaço. Porém, é aí que a questão toma proporções maiores e retrata um problema nacional: o constante crescimento da economia informal.

A propósito, o Brasil possui uma carga tributária e uma burocracia que chegam a impor medo à população. O ingresso na chamada economia formal é uma árdua (e cara) prova de resistência, impelindo milhares de brasileiros a essa área clandestina do mercado. Desse modo, o comércio informal na Praça da Sé demonstra um dilema nacional.

Retomando a questão, é inevitável admitir que a feira castiga o trânsito das redondezas; entretanto, o modo como está sendo efetivada a propalada “solução” para o problema é inaceitável. Simplesmente retirar à força os

ambulantes do local, como, aliás, tem sido feito, apenas transformará o caos do trânsito em caos social. Os trabalhadores que serão expulsos podem não ser absorvidos pelo mercado de trabalho, aumentando o desemprego e a pobreza na cidade.

É bem verdade que a Prefeitura de Fortaleza apresenta um projeto de transferência dos ambulantes para a Rua José Avelino, onde já estão estabelecidos centenas de varejistas do setor de confecções. O titular da Secretaria do Centro, José Nunes Passos, acredita ser esse o lugar ideal para esses trabalhadores. Os feirantes, contudo, afirmam que esse não é o lugar adequado, pois sofrerão perda de clientela e concorrência com os vendedores que já estão no local.

Vale lembrar que não defendendo, no presente artigo, práticas como a economia informal ou a instalação desordenada de pontos comerciais pela cidade. Entretanto, é necessária uma análise mais profunda do caso, a fim de entender o problema e desenvolverem-se políticas públicas que venham a solucioná-lo.

Em suma, a resolução desse impasse não é simples nem tampouco pode ser alcançada por medidas violentas e isoladas. É necessário planejamento e organização, a fim de remanejar os ambulantes para um lugar apropriado e regulamentá-los, resolvendo, dessa forma, dois problemas que afligem o povo fortalezense.

Professora: [Hildenize Andrade Laurindo](#) Escola: [Colégio Militar de Fortaleza](#) Cidade: [Fortaleza – CE](#)

Proibir uso do capacete: sim ou não?

Aluno: Alessandra dos Prazeres da Silva Reis

Arapiraca, segunda principal cidade do Estado de Alagoas, considerada a Capital do Fumo por ser a maior produtora de fumo do Brasil, está enfrentando ultimamente grandes problemas com relação à violência, devido ao crescimento acelerado pelo qual a cidade está passando.

A violência em nossa cidade manifesta-se através de assaltos a mão armada, homicídios, tráfico de drogas, entre outras. E grande parte desse tipo de violência é realizada a bordo de uma motocicleta e, principalmente, utilizando-se, os marginais, do capacete como forma de ocultar sua identidade.

Com isso, um vereador arapiraquense, preocupado com a situação, elaborou um projeto que visa à proibição do uso do capacete na área urbana e rural do município, tendo como base um projeto aprovado pela Câmara Municipal da cidade de São Sebastião, interior do Estado, e assinado pelo juiz, tornando-se lei obrigatória.

Ao propor isso, o vereador obteve o apoio de algumas pessoas, como o de um amigo também vereador, o tenente-coronel do 3º BPM, e o do defensor público da cidade. Mas, a maioria do legislativo é contrária à idéia, pois, para isso, seria preciso realizar uma adequação do projeto às leis, já que o Código de Trânsito Brasileiro exige o uso do capacete.

Visto isso, acredito que a Câmara agiu de maneira correta ao negar a aprovação dessa lei, pois, além de entrar em contradição com o Código de Trânsito em seus artigos 54 e 55, Arapiraca tentaria resolver um problema que está se agravando cada vez mais, que é o caso da violência, e ao mesmo tempo estaria abrindo as portas para outro problema ainda maior: os acidentes de trânsito – os quais causam a morte de muitos jovens em nossa cidade.

Essa lei foi muito objetiva e precisa em São Sebastião, por se tratar de uma cidade muito pequena e onde havia grande índice de violência urbana. Foi uma lei que amenizou grande parte da violência, pois após três meses sob o novo regime a cidade baixou muito a taxa de criminalidade.

No entanto, Arapiraca não possui condições para enfrentar essa mudança por ser uma cidade de grande porte e pouca organização no trânsito. Dessa forma, esse problema se torna um tanto espinhoso para ser resolvido de tal maneira.

Com isso, reafirmo que essa alteração seria totalmente ineficaz, pois Arapiraca não possui infra-estrutura para enfrentar mudanças no trânsito e enfrenta problemas mais graves, tais como falta de sinalização, entre outros, além do que devemos priorizar a proteção à vida, evitando, com o uso do capacete, a morte de muitos jovens no trânsito agitado de nossa cidade.



Professora: Maria Lucely Soares de Melo Escola: E. E. B. Manoel Lúcio da Silva Cidade: Arapiraca – AL

Borba: urbanização ou preservação?

Aluna: Yasminne Carol da Fonseca Buzaglo

A diversidade das águas no norte do Brasil há tempos é conhecida, assim como os problemas que ela abrange. Na minha cidade, porém, esses problemas estão mais próximos do que se imagina.

A “Princesinha do Madeira”, como é conhecida a cidade de Borba, é cortada por um extenso igarapé, o qual tem as margens habitadas por inúmeras famílias que tomaram posse do local e ali vivem sem considerar o prejuízo que estão causando ao meio ambiente. A permanência dessas pessoas na área ao longo do igarapé é um assunto que vem dividindo as opiniões no município.

Os adeptos da continuação das famílias no local alegam que qualquer providência deveria ter sido tomada na época em que as casas começaram a ser construídas, porém, nada foi feito pelas autoridades competentes; defendem ainda que aquelas pessoas só se estabeleceram ali por falta de lugar apropriado para sua moradia.

As pessoas contrárias afirmam que as construções de casas no local foram responsáveis pelo desmatamento nas regiões marginais do igarapé, motivando assim o assoreamento da área, e o depósito de toda espécie de lixo e dejetos no leito do riacho, razão do incômodo mau cheiro nas regiões próximas, além de causar poluição, o que está acabando com aquilo que um dia foi fonte preciosa de diversão e do sustento de muitas famílias que hoje apenas lamentam-se do descaso. Dizem que a contaminação do meio natural tornou-se celeiro de doenças infectocontagiosas, como a malária, por exemplo.

Acredito que, com o grande crescimento da área urbana municipal nos últimos anos, várias regiões precisaram ser ocupadas, mas creio ainda que isso não significa que toda e qualquer área possa ser considerada propícia à habitação, principalmente áreas de preservação ambiental e reservas ecológicas, como é o caso das margens, nascentes e foz do igarapé de Borba, num raio de 50 metros a partir desses pontos.

Penso que deverão ser levadas em conta a preservação do meio ambiente e a sua importância econômica, pois o igarapé ainda proporciona a muitas famílias o sustento através da pesca, que deverá ser extinta do local daqui a pouco tempo se a degradação continuar.

Portanto, afirmo que sou totalmente contra a continuação das casas às margens do nosso igarapé, pois, além de causar uma triste visão aos que chegam e aos que aqui vivem, representa uma ameaça à saúde dos moradores locais, e concordo que as casas que já existem e se encontram em situação irregular devem ser desapropriadas pelo Poder Público, de acordo com a lei ambiental, para preservar o bem-estar da maioria dos habitantes do nosso município.



Professor: Getúlio Alves Nogueira Escola: E. E. Cónego Bento José de Souza Cidade: Borba – AM

